



**SOLVERDE**  
CASINOS · HOTÉIS



**SOLVERDE, S.A**  
**RELATÓRIO**  
**E CONTAS**  
**2019**

## Índice

LISTA DOS ORGÃOS SOCIAIS .....	4
RELATÓRIO DE GESTÃO.....	5
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO .....	27
BALANÇO .....	28
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS .....	29
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS.....	30
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	32
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.....	33
1. INTRODUÇÃO.....	33
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	33
2.1. Base de Preparação .....	33
2.2. Pressuposto da continuidade.....	34
2.3. Classificação dos activos e passivos e passivos não correntes .....	34
2.4. Derrogação das disposições do SNC .....	34
2.5. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras.....	35
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	35
3.1. Conversão cambial .....	35
3.2. Princípio de consolidação .....	35
3.3. Activos fixos tangíveis.....	35
3.4. Activos intangíveis .....	36
3.5. Propriedades de Investimento .....	37
3.6. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis .....	37
3.7. Participações financeiras em subsidiárias .....	38
3.8. Inventários .....	38
3.9. Activos e passivos financeiros .....	39
3.10. Rédito .....	41
3.11. Subsídios do Governo .....	41
3.12. Principais estimativas e julgamentos apresentados.....	42
3.13. Imposto sobre o rendimento .....	43
3.14. Regime do Acréscimo.....	44
3.15. Provisões, passivos e activos contingentes .....	44
3.16. Benefícios dos empregados.....	44
3.17. Eventos subsequentes.....	44
4. FLUXOS DE CAIXA .....	45
5. ACTIVO FIXO TANGÍVEL.....	46
6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	48
7. ACTIVO INTANGÍVEL .....	49
8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL.....	50
9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS .....	50
10. INVENTÁRIOS.....	51
11. CLIENTES .....	52



12.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	53
13.	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER .....	54
14.	DIFERIMENTOS.....	55
15.	CAPITAL E RESERVAS .....	56
16.	RESULTADOS TRANSITADOS .....	57
17.	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO .....	57
18.	AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS .....	58
19.	OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS .....	58
20.	RESULTADO LÍQUIDO NO PERÍODO .....	58
21.	PROVISÕES.....	59
22.	FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	59
23.	FORNECEDORES.....	59
24.	OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR.....	60
25.	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	61
26.	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO .....	62
27.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	62
28.	GASTOS COM O PESSOAL .....	63
29.	PERDAS E REVERSÕES POR IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER (AUMENTO/REVERSÃO).....	64
30.	PROVISÕES (AUMENTO/REVERSÃO).....	64
31.	AUMENTOS E REDUÇÕES DE JUSTO VALOR .....	65
32.	OUTROS RENDIMENTOS .....	65
33.	OUTROS GASTOS.....	66
34.	GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS.....	67
35.	RESULTADO POR ACÇÃO.....	67
36.	PARTES RELACIONADAS.....	67
36.1	Transacções entre Partes Relacionadas .....	67
36.2	Remuneração do Conselho de Administração.....	68
37.	CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS .....	69
38.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	70
39.	EVENTOS SUBSEQUENTES .....	70
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS .....	72
	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO .....	77



**LISTA DOS ORGÃOS SOCIAIS****MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:**

Presidente	- Amadeu José de Melo Morais
1.º Secretário	- José Augusto Ferreira Campos
2.º Secretário	- Napoleão Ferreira de Amorim

**FISCAL ÚNICO EFECTIVO:**

- Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, LDA. (SROC Nº. 207) –  
Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC Nº. 1157

**FISCAL ÚNICO SUPLENTE:**

- C&R RIBAS PACHECO, LDA. (SROC Nº. 49) –  
Representada por Rodrigo Bruno de Magalhães Ribas  
Pacheco, ROC Nº. 1163

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

Presidente	- Manuel Soares de Oliveira Violas
Administrador	- Rita Celeste Soares Violas e Sá
Administrador	- Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá
Administrador	- Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas
Administrador	- Joel Santos Pais
Administrador	- Joaquim Fernando Marques Reis
Administrador	- Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho

**SECRETÁRIO DA SOCIEDADE:**

1.º Secretário	- Nuno Miguel Ferreira Morais
Secretário Suplente	- Cristina Helena Henriques Lopes Relvas



## RELATÓRIO DE GESTÃO

Através do presente relatório de gestão, vem o Conselho de Administração da Sociedade dar conhecimento aos Accionistas e Terceiros com os quais a Sociedade se relaciona, de alguns aspectos que considera mais relevantes e relacionados com a actividade desenvolvida pela **SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.** no exercício de 2019. Assim:

### 1. ENQUADRAMENTO GERAL E ASPECTOS MAIS SALIENTES DA ACTIVIDADE EM 2019

O ano de 2019 caracterizou-se por um crescimento significativo da actividade económica em Portugal (a crescer mais que a maioria dos países europeus) reflectido num aumento de níveis de confiança de consumidores e empresários do país, mas acompanhado pela manutenção de alguns constrangimentos de política macroeconómica motivados por desequilíbrios persistentes resultantes de défices externos e de níveis exorbitantes de dívida pública.

Não obstante este cenário de crescimento, a verdade é que ele se refletiu, de forma divergente, nas diversas áreas de actuação da Solverde.

Assim, enquanto na área da hotelaria o cenário de crescimento se projectou positivamente (todas as unidades tiveram aumentos de taxa de ocupação e de facturação), nos casinos de Espinho e Algarve verificou-se um decréscimo de receitas, mais acentuado na zona norte. Por sua vez, o Casino de Chaves apresentou um ligeiro acréscimo de receitas. No global, no conjunto dos 5 casinos observamos uma queda de cerca de 850.000 euros de receitas que teve, obviamente, reflexo nos resultados da empresa.

Já no que concerne ao Casino Online, as receitas obtidas tiveram um aumento exponencial (quase triplicou) fruto do investimento numa grande panóplia de jogos.

Conseguimos atingir um nível de facturação de 119,77 milhões de euros, acima do valor que havíamos previsto (117 milhões de euros), mercê, como referido supra, ao incremento do jogo online que passou de 4,64 para 12,36 milhões de euros de receitas.

O resultado obtido, de 2,11 milhões de euros positivos, situou-se bastante abaixo do projectado (6,5 milhões de euros) devido à já supracitada queda das receitas de jogo, ao aumento dos investimentos no casino online (cujos efeitos positivos só se efectivarão em 2020 e nos anos seguintes), a custos com processos judiciais em que incorremos em cerca de 500.000 euros e foram também contabilizados 4,75 milhões de euros na contrapartida anual da concessão do Algarve (em 2019 foram 4,33 milhões de euros), derivado de não termos atingido os mínimos contratuais estabelecidos, valor este alvo de contestação e impugnação junto dos tribunais, e que penalizou fortemente a performance dos últimos anos.

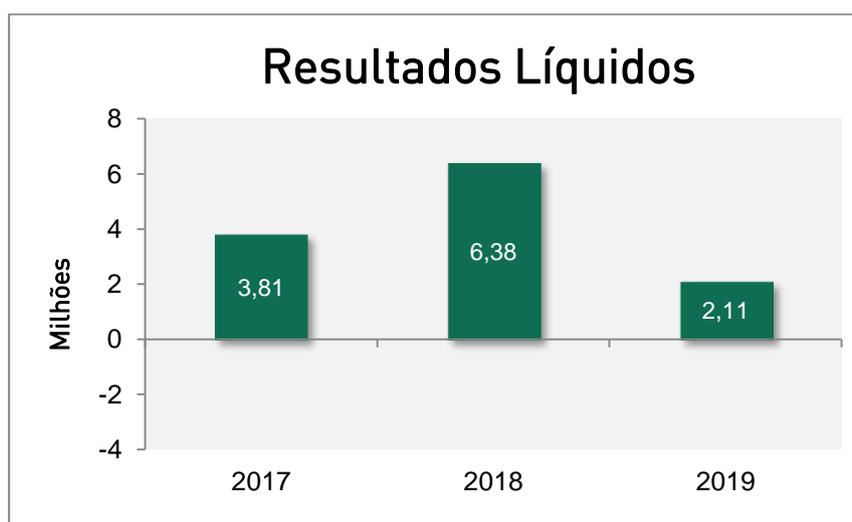


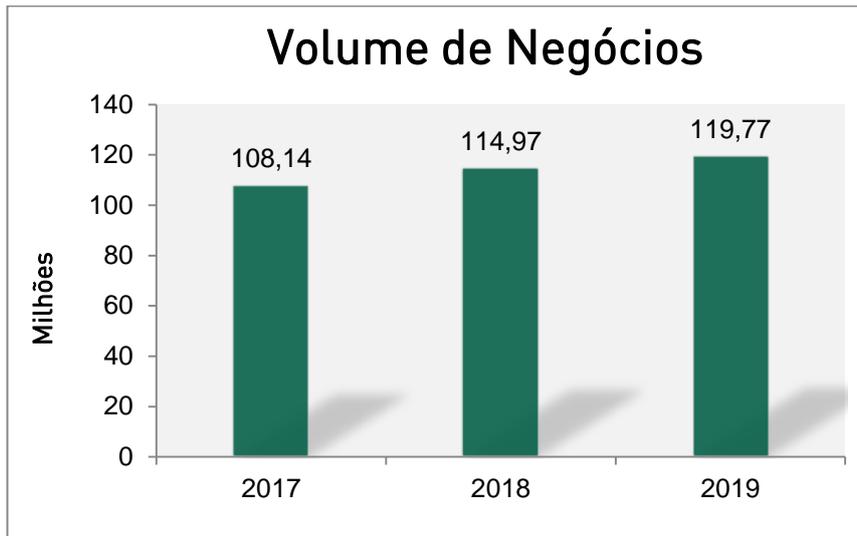
No que respeita em particular à Concessão do Algarve importa realçar que a Solverde tem continuado a desenvolver todos os esforços para alcançar um acordo com o Estado que permita solucionar o contencioso decorrente da aplicação da tabela de contrapartidas mínimas.

Enquanto o referido acordo não for alcançado, a Solverde continuará a impugnar todas as liquidações correspondentes na expectativa de que em sede própria lhe venha a ser dada razão.

A Solverde continua a apostar em estratégias de fidelização e de captação de novos clientes, razão pela qual incrementou a sua política cultural e de lazer, diversificando o tipo de oferta, a actualidade dos espectáculos e a originalidade da animação, todas assinaladas com o mesmo selo de qualidade.

A permanente agressividade no que diz respeito à conquista de quotas de notoriedade e de visibilidade em termos de opinião pública, permitiu enfrentar, com algum sucesso, a crise nos últimos anos, fazendo alimentar a expectativa de que a Solverde se encontrará numa posição forte e consolidada, quando a economia mostrar sinais positivos de forma continuada e sustentada.





## 1.1 Exploração do Jogo

### 1.1.1 Espinho

O ano de 2019 foi um bom ano. Superar os números de 2018 não seria fácil atendendo a todas as vicissitudes a acontecer na cidade. O Casino Espinho esteve praticamente sitiado no meio de um estaleiro gigante de obras.

O Casino Espinho continuou a modernizar-se em ritmo acelerado e nas Máquinas apresentamos vários produtos premium ao longo do ano.

Em Janeiro de 2019, começou a obrigatoriedade da identificação na entrada da Sala de Jogos.

Mencionamos algumas das principais acções que realizamos:

- **Máquinas** – Começamos o ano de 2019, precisamente em Fevereiro com a inauguração de 6 máquinas Echo Fortunes que actualmente são das máquinas mais procuradas devido ao valor de arranque de Jackpot de 40.000 euros. Criámos a zona oriental, onde agrupamos variadíssimas máquinas com o tema chinês, fizemos inauguração desse espaço onde oferecemos promo-tickets, sushi e bebidas a quem se encontrava a jogar. Durante todo o ano fomos inaugurando máquinas, quase todos os meses. A aposta manteve-se e apresentamos máquinas com produto premium.
- **Jogos Tradicionais** – Em relação a 2019, temos que destacar Black Jack e Poker sem descarte que cresceram em relação ao ano anterior 9,71% e 11,68% respectivamente.
- **Bingo** – O ano de 2019, apesar de termos ficado abaixo de 2018 ( 1,07%) , conseguimos pela terceira vez o resultado bruto de mais 1 milhão de euros. Continuamos a convidar clientes para espectáculos e englobamos o Bingo nas acções promocionais realizadas no casino.



- **Torneio de Máquinas** – Realizamos apenas um torneio de máquinas à semelhança de 2018. Acumulação de pontos começou em Junho de 2019, foram apurados 18 clientes nas fases de apuramento e aos nossos 18 melhores clientes demos um Wild Card que passaram directamente para as fases finais. Correu muito bem, os melhores clientes gostaram deste novo formato, pois desta forma são distinguidos. O 1º prémio foi um Alfa Romeo Stelvio, os restantes foram estadias e brindes. Estes torneios são para todos os clientes que acumulem pontos Solverde, seja provenientes das máquinas ou dos jogos tradicionais.
- **Poker** – O Poker não bancado, que já tinha invertido a curva de perda em 2018, apresentou novamente um crescimento de 9,39% . Mantivemos os torneios diários “Four Seasons” e as realizações dos 4 “SpecialCash”. Arrancamos 2019 da melhor maneira, realizando o Solverde Best Poker Player onde fazemos a distribuição do acumulado aos melhores jogadores dos 5 Casinos provenientes do Four Season e o pela 1ª vez o Solverde Festival Awards onde voltamos a juntar os melhores, incluindo SPS que fazem um torneio entre si e o prémio foi um Mercedes Class A - 160.
- **SPS** - O circuito nacional do Solverde Poker Season, contou com 4 etapas em Espinho, terminando o ano com o reconhecido Main Event, alcançando um recorde de 427 jogadores. A etapa de Abril e Novembro tiveram um prize garantido de 50.000 euros e o Main Event de 125.000 euros e não tivemos overlay em qualquer destas etapas. Continuamos com aposta nas bebidas durante o torneio e jantar no dia 2.
- **WPT** – apesar de ter sido organizado no Algarve o Casino de Espinho realizou vários torneios com SperWeekend e Freeroll em que os premiados ganhavam entradas para WPT.
- **Easter Box** – Acção realizada na Páscoa, que premeia clientes dos bancados e das máquinas, com a possibilidade de ir furar uma caixa e ganhar vários prémios, desde assistir a espectáculos, a brindes promocionais, etc.
- **Magical Summer** – Acção realizada no mês de Agosto, 2 prémios por hora, 24 prémios por dia, 744 prémios no mês. Premiamos clientes dos bancados, das máquinas e do bingo, com um sistema de “random picker” que aleatoriamente seleccionava a máquina, o jogo bancado e lugar assim como a mesa de bingo e lugar. Os prémios consistiram em fins-de-semana nos hotéis Solverde, jantares-concerto e uma grande diversidade de brindes.
- **Cabazes de Natal** – Continuamos com a oferta em Dezembro dos Cabazes de Natal, onde criamos o “Natal Mágico”. O formato era precisamente igual ao Magical Summer onde os clientes de todos os jogos que eram seleccionados e poderiam ganhar além dos cabazes, vinho, brindes, etc.
- A aposta em espectáculos com vários artistas consagrados do panorama em Portugal foi uma constante no Casino de Espinho, tais como, António Zambujo, Carolina Deslandes, Pedro Abrunhosa,



Mariza, assim como artistas internacionais como caso de Michael Bolton e Matias Damásio. Continuamos a manter sempre aos fins de semana shows e apostamos muito no stand up. Estas Galas e shows dão uma visibilidade importante para a potencialização e fidelização de clientes.

- **Redes Sociais** – Continuamos apostar na divulgação e criação de eventos nas páginas do Poker e das Slots, em parceria com os Casinos de Espinho e Chaves, onde anunciamos desde prémios saídos a produtos novos, mantendo assim, junto dos internautas a informações actualizadas e criando a curiosidade dos mesmos às visitas ao nosso Casino.

Apesar de ficarmos abaixo de 2018 em todos os jogos, 2019 foi um ano de recordes. Em Agosto de 2019 batemos o recorde, não só da receita máxima obtida num só dia mas também a receita máxima obtida num só mês.

As estratégias delineadas e aplicadas surtiram o efeito positivo desejado nas receitas de 2019 que permitiram que a diferença para os números obtidos no ano anterior não fosse maior. Em termos globais 2019 registou uma perda de 2,38%, totalizando o valor de 48.923.842,90 euros (em 2018: 50.089.989,11 euros).

- Os jogos de máquinas registaram uma ligeiríssima perda de 0,19%, totalizando 41.574.845,40 euros (em 2018: 41.654.996,89 euros). A quebra no volume de jogo foi de 2,64% fixando-se em 646.957.953,31 euros (em 2018: 664.477.828,40 euros).
- Os jogos de mesa foram os que apresentaram uma maior perda, menos 15,07%, totalizando 6.042.969,50 euros (em 2018: 7.114.818,00 euros).
- Tal como os restantes jogos, o Bingo também apresenta uma perda comparativamente ao ano de 2018, menos 1,07% totalizando 1.306.028,00 euros (em 2018: 1.320.175,22 euros).

Tal como previsto no final de 2018 e a merecer nota positiva, o crescimento da receita do póquer não bancado na sua variante cash e torneio a registar um aumento de 3,90%, totalizando 403.845 euros (em 2018: 388.700 euros).

### 1.1.2 Algarve

O ano de 2019, veio confirmar as previsões efectuadas no ano transacto, de que o controlo de acesso aos casinos para cumprimento da Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, com a previsível redução do número de visitantes, iriam refrear a tendência de retoma no crescimento das receitas que se vinha a concretizar nos últimos anos.

Mesmo assim, os Casinos do Algarve, neste ano de 2019, conseguiram manter as receitas globais da área de jogo, comparativamente ao ano de 2018 não chegando a variação a atingir, meio ponto percentual.



Com um aumento das receitas de Jogos de Mesa dos três Casinos do Algarve a atingirem um aumento de 6,82% face ao ano anterior, os Jogos de Máquinas registaram um diminuto decréscimo percentual, visto ser a área de jogo mais directamente relacionada com a afluência de frequentadores.

O sector de máquinas que representa a maior fonte de receitas dos Casinos do Algarve, não conseguiu manter a tendência de crescimento verificada nos anos anteriores mais recentes, apesar dos esforços na promoção e divulgação das novas máquinas e jogos adquiridos neste ano de 2019.

Um total de 107 máquinas novas foram adquiridas e feitos upgrades em 17 máquinas que receberam jogos inovadores e de tecnologia de ponta, tão do agrado dos frequentadores, aumentando assim o seu interesse.

Os Casinos do Algarve, receberam em todas as suas unidades estes equipamentos, sendo que o Casino de Vilamoura acolheu 32 dessas máquinas novas, o Hotel Algarve Casino, 34 máquinas e o Casino de Monte Gordo 41 máquinas, num esforço financeiro considerável mantendo a política de investimentos em inovações na área essencial da exploração.

No entanto, este esforço não conseguiu colmatar a redução de entradas causadas pela aplicação do controlo de entradas que nos Casinos do Algarve no período de maior afluência de turistas, viu muitos visitantes a não poderem aceder ao casino, dado não terem consigo os documentos de identificação.

As diversas acções lúdicas e de promoção foram mantidas nos 3 Casinos do Algarve destacando-se os dois torneios de “Slot Machines”, com a atribuição de viaturas de marcas “Premium”. Sendo que as diversas etapas percorreram os 3 casinos por forma a chegar a todos os frequentadores das 3 unidades.

Quanto às receitas dos jogos de mesa, o ano de 2019, viu reconhecido o esforço na dinamização dos jogos e actividades promocionais que incluíram a realização de múltiplos eventos de poker. Todo este esforço foi recompensado com um aumento nas receitas do sector de jogos de mesa face ao ano anterior na ordem dos 6,8%.

Em destaque, está o crescimento face ao ano anterior das receitas do sector de Jogos de Mesa do Casino de Vilamoura que registou um aumento de 9,8%, e os dois outros casinos mantiveram sensivelmente os valores de 2018 tendo mesmo assim o Casino da Praia da Rocha registado um aumento de 2,5 %.

Em destaque nas actividades do sector de Jogos de Mesa esteve o Torneio de Poker “WORLD POKER DEEP STACKS”, torneio internacional integrado num dos circuitos internacionais mais conceituados e que ultrapassou as expectativas e previsões mais optimistas. Com um total de jogadores a atingir o espectacular número de 432 entradas. O Casino de Vilamoura e os demais Casinos da Solverde, ficam assim ligados ao maior evento de poker dos últimos tempos, já que todos eles tiveram satélites de apuramento, ao vivo, para este evento.



Também nos Jogos de Mesa, foram instalados nos 3 Casinos, modernos displays, onde o cliente pode acompanhar em tempo real, a informação do jogo nas diversas bancas. Esta novidade veio de encontro às expectativas dos clientes.

### 1.1.3 Chaves

O ano de 2019, veio confirmar que o volume de negócios se encontra num ponto de maturação equilibrado na exploração do Casino Chaves, tendo em conta a realidade socioeconómica do espaço em que se insere.

Tal manutenção dos níveis de actividade tem sido possível através das várias ferramentas de gestão da operação nas quais se destacam:

O correcto potenciamento dos recursos humanos disponíveis para fazer face às necessidades, através do melhoramento dos processos de recrutamento, formação e principalmente de motivação e orientação das pessoas que connosco colaboram diariamente, no sentido de as projectar no propósito já anteriormente definido de “clientes satisfeitos geram receitas”.

O aumento de visibilidade da unidade nas redes sociais e meios de comunicação social, bem como um aumento dos projectos de projecção do destino ALTO TÂMEGA junto dos operadores turísticos, tem continuado a potenciar a visita de novos clientes.

A promoção de eventos com artistas de renome durante o ano de 2019, como as Galas com “Diogo Piçarra”, “Áurea”, “Jorge Palma”, “HMB”, “Carolina Deslandes”, “David Fonseca”, “Cuca Roseta” e “Luís Represas”, além de outros artistas, foram um importante motor de divulgação da unidade de Chaves, quer no âmbito local como nacional. Directamente relacionado com este investimento, a utilização dos programas de ofertas e fidelização de clientes de jogo tem sido utilizado na sua total amplitude, mantendo a permanente racionalidade dos mesmos, cifrando-se o investimento nos 1,48% das receitas brutas de 2019.

A aposta nas acções comerciais de grande impacto visual e de reward para o cliente, continuaram durante o ano de 2019 a granjear um aumento de adesão e fidelização aos programas. A permanente avaliação e ajustamento comercial de acções promocionais melhoraram a sua performance, redireccionando recursos para acções que provocam efectivamente um impacto significativo na exploração, como foi a acção Desafio Privilege 2019, acção promocional anual que premiou os nossos clientes com dois automóveis. Também a acção promocional Ovos da Páscoa Solverde, Verão Solverde e Natal Mágico Solverde, promovidas ao longo do ano, foram do agrado e adesão generalizada dos clientes.

A manutenção dos espaços e equipamentos de jogo em patamares superiores, contribuiu também para a agradabilidade de fruição dos mesmos a quem nos visita.



O investimento efectuado, na aquisição de novos equipamentos (máquinas automáticas) foi crucial para os resultados apresentados nesta rubrica. Adquiriram-se 12 novas máquinas automáticas (correspondente à renovação de cerca de 4,0% do parque em exploração) e 5 “kits” de conversão de jogos para máquinas já instaladas, com um investimento de cerca de 4,98% das receitas brutas dos jogos de máquinas de 2019. Também foram negociados com fornecedores a colocação de diversos equipamentos de jogo à consignação, que contribuem de forma significativa para a racionalização das aquisições de equipamentos dado que só foram adquiridos os de performance comprovada.

A aplicação das medidas acima reveladas e outras de carácter mais geral, resultaram num acréscimo das receitas em 2019 na ordem dos 1.21% relativamente ao ano transacto, totalizando o valor de 8.092.549,11 euros.

Os jogos de máquinas registaram um ligeiro decréscimo de receitas de 0,56% (6.891.223,11 euros), que resultaram directamente da também diminuição no volume de jogo (créditos jogados) na ordem dos 2,04%. Os jogos de mesa registaram um crescimento homólogo de 12.71% (1.157.213,50 euros) nas receitas brutas, acompanhando o crescimento de 1,78% nas vendas desta tipologia.

Embora já consolidado nas receitas dos jogos de mesa é de notar que a receita do poker não bancado nas suas variantes de cash game e torneio registou um crescimento de 10,28%. A aposta em continuar a oferecer uma diversidade de eventos para estes clientes, como foi a realização da sexta edição do torneio triangular de Poker ECT Poker Tour em parceria com o Casino de La Toja na Galiza, bem como a promoção de duas etapas do circuito nacional Solverde Poker Season, circuito de prestígio que mais uma vez trouxe jogadores de renome à unidade em Chaves.

Por último, as entradas de clientes na sala de jogo do Casino Chaves em 2019 decresceram 21,17% em relação ao ano anterior. Este acentuado decréscimo é justificado pela aplicação dos sistemas de controlo e identificação de acesso a clientes na Sala de Jogo, decorrentes da aplicação dos condicionalismos legais em vigor, que consequentemente obrigaram a uma contabilização do número de visitantes em absoluto ao invés do anterior sistema de contabilização, que contava as reentradas de clientes como novos acessos. Apenas no próximo ano poderemos comparar verdadeiramente e analisar as variações de tráfego deste indicador.

#### 1.1.4 Jogo Online

O ano de 2019 caracterizou-se pelo desenvolvimento do CasinoSolverde.pt alicerçado na inovação tecnológica e alargamento da oferta de jogos. Este objetivo foi claramente conseguido, tendo, no final do ano de 2019, o casinosolverde.pt a maior e mais inovadora oferta de jogos do mercado com cerca de 630 jogos e mais de 120 mil utilizadores registados.

Após 8 meses de intensa e detalhada preparação, foi substituída, durante o mês de julho, a plataforma por uma outra tecnologicamente mais evoluída e incorporante de diversas vantagens para o nosso negócio,



nomeadamente a utilização de técnicas inovadoras com recurso a machine learning, que potenciam a maximização da rentabilidade.

Durante o ano de 2019 foi cumprido o investimento em marketing inicialmente previsto, tendo-se criado campanhas inovadoras e com uma ampla presença nos canais de televisão generalistas e desportivos, rádios, jornais e redes de publicidade exterior com cobertura nacional, canais digitais e redes sociais. De notar que este esforço de marketing contribuiu claramente para a notoriedade da marca casinosolverde.pt posicionando-se agora entre as 5 marcas do sector mais procuradas nos motores de pesquisa.

É de notar que no final do ano de 2019, para além do Sporting Club de Espinho, o CasinoSolveverde.PT patrocinava (Official Betting Partner) 10 clubes da 1.ª liga de futebol, permitindo desta forma reforçar o seu posicionamento e apoio ao desporto. Neste âmbito, foram realizadas diversas ativações de marca junto aos estádios de futebol e também dentro do campo de futebol, tendo estas ações ampla divulgação televisiva.

Por último, é de assinalar que a Solveverde efetuou o pedido de licença para a exploração de apostas desportivas à cota, que após os competentes processos de certificação e homologação das plataformas tecnológicas, se prevê que tenha início no 4.º trimestre de 2020.

## 1.2 Animação e Restauração

### 1.2.1 Espinho e Chaves

A exemplo de anos anteriores, o Casino de Espinho e Chaves, foram o exemplo da eficácia de execução, contemplada na assistência de clientes, que esgotaram por diversas vezes as nossas salas. No Casino de Espinho, são exemplo disso os concertos de Marco Rodrigues, Jorge Fernando, Fábria Rebordao, Ricardo Ribeiro, António Zambujo, Diogo Piçarra, Carolina Deslandes, Pedro Abrunhosa e Michael Bolton. Também no Casino de Chaves, foram vários os concertos esgotados, tais como Áurea, David Fonseca, Jorge Palma, Ala dos Namorados, Raquel Tavares, Diogo Piçarra, Carolina Deslandes. É com essa consciência de dever cumprido que abordaremos o ano de 2020, para em conjunto procurarmos a satisfação de todos os nossos clientes .

### 1.2.2 Algarve

O investimento nos sectores de animação e cultura, durante o ano de 2019, manteve-se ao nível do ano anterior, continuando a Solveverde sempre a apostar na qualidade dos serviços mantendo-se os investimentos nos sectores de animação e cultura.

Os Casinos do Algarve produziram, durante o ano de 2019, um grande espectáculo, denominado “Best Moments“ que esteve em exibição, de Abril a Dezembro, com um elenco internacional e uma qualidade reconhecida por todos os nossos clientes. Este espectáculo esteve em exibição em Vilamoura quatro dias por semana, deslocando-se a cada uma das outras unidades um dia por semana e para jantares de grupo e ocasiões especiais. Além deste espectáculo os Casinos do Algarve produziram, um segundo espectáculo



denominado, “SummerSpecial”, que foi apresentado nos três Casinos do Algarve, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro, aumentando a oferta de animação disponível de modo a atender a elevada procura característica da época alta.

O restaurante Miralago, no Casino de Vilamoura, manteve-se aberto ao público cinco dias por semana, encerrando normalmente às Segundas e Terças-feiras.

No Casino de Monte Gordo o restaurante Oceano, esteve aberto cinco dias por semana de Junho a Setembro, encerrando normalmente às Segundas e Terças-feiras, nos restantes meses do ano, esteve aberto 4 dias por semana, encerrando de Segunda a Quarta-feira.

O restaurante Aladino do Hotel Algarve Casino, nos meses de Julho a Setembro, apenas encerrou às Quintas-feiras, funcionando nesses dias, os outros restaurantes do hotel. Nos restantes meses do ano, o Aladino esteve aberto todos os dias, sendo o único restaurante da unidade aberto.

Para além da apresentação dos espectáculos “diários”, os Casinos do Algarve trouxeram à região Algarvia, artistas de renome, cujas actuações proporcionaram momentos culturais inesquecíveis, como foram os casos de:

- Eduardo Madeira
- Orquestra Filarmónica Portuguesa
- XXVIII Grande Gala Internacional do Acordeão
- Os Azeitonas
- D.A.M.A.
- Eme Alfonso
- Miguel Araújo
- Fernando Pereira
- Calema

Nas Noites Gastronómicas Internacionais estiveram representadas nos Casinos do Algarve as cozinhas Indiana, Japonesa e Tailandesa.

Mantendo a sua estratégia de cooperação com as entidades que organizam os mais variados eventos sociais, culturais e desportivos, a Solverde esteve presente, quer como organizadora, quer como colaborante e apoiante, nos seguintes eventos:

- Torneio de Golf – Expresso BPI Golf cup 2019;
- 29º Circuito de Golfe & Comunicação;
- 16º Torneio de Golf Simply the Best;
- 21º Torneio Hotel Algarve Casino;
- 19º Torneio Casino de Vilamoura;



- 19º Torneio Casino de Monte Gordo;
- 17º Circuito Casinos Solverde;
- Rallye Casinos do Algarve 2019;
- 32º Grande Troféu de Vilamoura;
- Algarve Classic Cars;
- Festas da Cerveja;
- Campeonato do Mundo - Ténis em Cadeira de Rodas - Federação Portuguesa de Ténis;
- Gala de beneficência Rotary Clube de Loulé;
- Campeonato Nacional de Veteranos - Federação Portuguesa de Ténis
- Torneio de Golf de solidariedade - Lions Clube Vilamoura
- Taça do Presidente – Clube de Golfe de Vilamoura;
- Torneio Vilamoura Júnior – Clube de Golfe de Vilamoura;
- Gala Postal do Algarve
- Torneio de Encerramento - Clube de Golfe de Vilamoura.

### 1.3 Hotelaria

#### 1.3.1 Hotel Solverde Spa & Wellness Center

As receitas globais do Hotel Solverde Spa & Wellness Centre foram 5.283.630 euros em 2019 o que se traduziu num aumento de 7,78% face ao ano anterior.

O crescimento das receitas foi proporcional nos vários sectores, sendo o alojamento aquele que representa maior peso com 3.209.121 euros.

O aumento da receita de alojamento verificou-se com o aumento do preço médio quarto e da taxa de ocupação. O ano de 2019 encerrou com uma taxa de ocupação acumulada de 50,5% e um preço médio quarto de 98,32 euros.

Em 2019 realizou-se a Final da Liga das Nações no Norte de Portugal durante o início do mês de Junho que provocou um aumento da receita e do preço médio quarto no Hotel Solverde Spa durante esse período.

O ranking das nacionalidades continua a ser liderado pelo mercado nacional com 28,5% , seguido do mercado espanhol com 18,8% , França , Alemanha , Reino Unido , Estados Unidos , Holanda e Itália. O top de clientes por nacionalidades referido representa 82,3% do volume total.

O Hotel recebeu 53.250 clientes no ano de 2019 .

O Hotel continua a apostar na procura de novos mercados em expansão, de destacar mercado brasileiro e americano.



Para 2020 não existe a previsão de nenhum evento extraordinário no distrito do Porto.

A abertura do Pavilhão Super Bock Rosa Mota ainda não teve nenhum impacto relevante nas receitas do Hotel Solverde Spa & Wellness Centre.

Destaca-se o crescimento acentuado que se tem vindo a sentir nos últimos anos de eventos a realizar no Europarque. Fruto deste aumento as unidades hoteleiras mais próximas do recinto têm vindo a fazer obras de remodelação e tem surgido novas unidades de negócio.

Em relação ao ano 2020, prevê-se uma grande incerteza devido ao surto de coronavírus, sendo que as perspectivas são negativas.

### 1.3.2 Hotel Apartamento Solverde

Durante o ano de 2019, o Hotel Apartamento Solverde recebeu 39.760 clientes, registando assim um decréscimo de 1,94% relativamente a 2018 em que recebeu 40.546.

Na taxa de ocupação verificou-se um aumento de 3,61%, apresentando em 2019 um valor de 59,07% contra os 56,94% de 2018.

O preço médio por apartamento ocupado apresentou uma subida de 6,58% apresentando em 2019 um valor líquido de 78,21 euros enquanto em 2018 foi de 73,85 euros.

As receitas totais de alojamento em 2019 foram de 1.416.528 euros face aos 1.293.021 euros de 2018 o que representou um aumento de 8,72%.

2019 foi um bom ano de negócio, tanto em termos de ocupação como de preço médio, ultrapassando as projecções do início do ano e o máximo histórico do hotel. A melhoria das condições da unidade após a extensa renovação efectuada nos anos anteriores, a procura acentuada que se verificou em boa parte do ano e a optimização dos recursos comerciais e ferramentas de gestão de reservas e preços estão na base deste bom resultado.

A pandemia de COVID-19 obrigou ao encerramento do Hotel de 19 de Março até 30 de Abril, com a consequente ausência de receitas nesse período, e poderá ser prolongado de acordo com o desenvolvimento das suas implicações. Motivou também o cancelamento da quase totalidade das estadias até ao fim do primeiro semestre e um enorme decréscimo de reservas para o segundo. Num contexto de elevada incerteza quanto ao desenrolar do problema, é desde já certo que a actual situação de saúde pública e as medidas governamentais implementadas para a combater, com as inevitáveis consequências no turismo de lazer e negócios, marcará acentuada e irreversivelmente o desempenho do negócio do Hotel Apartamento Solverde em 2020.



### 1.3.3 Hotel Algarve Casino

As receitas totais do Hotel Algarve Casino foram de 5.559.519 euros em 2019 o que representa um ligeiro aumento de 0,04% em relação ao ano transacto.

O departamento que representa maior peso sobre as receitas totais é o alojamento registando uma receita de 4.395.125 euros.

No que refere à taxa de ocupação verificou-se um aumento de 1,84%, sendo o valor registado para o ano de 2019 de 51,41%. Relativamente à evolução do preço médio, registou-se uma quebra de 3,93%, concluindo o ano 2019 com o valor de 112,64 euros.

Em 2019 o Hotel Algarve Casino recebeu 79.543 clientes. Os mercados que mais contribuíram para as dormidas totais em 2019 foram o ibérico (26,51%), o britânico (17,68%), o alemão (7,50%) e o irlandês (6,22%). Não obstante a incerteza gerada pelo Brexit conseguimos manter um bom desempenho junto do mercado britânico e também conquistar um crescimento junto de importantes mercados emergentes como o Brasil, EUA, Canadá e Itália, já representando cerca de 7,06% dos hóspedes que nos visitam.

O ano 2019 também foi marcado pela insolvência do operador britânico Thomas Cook, que afectou a região do Algarve. Embora o Hotel Algarve Casino não tivesse contratação directa com esta entidade, ficou afectado dado que Thomas Cook também detentora da Thomas Cook Airlines/Condor fornecia lugares a outros operadores turísticos. Também em 2019, as companhias aéreas: XL Airways, FLY BMI, WOW Airlines, que operavam voos no Algarve encerram as suas actividades, criando um impacto negativo.

A manutenção de alguns eventos importantes realizados em 2018 como foi o caso do Beach Volley Group, o Algarve Classic Festival ou eventos como o Mundial de Superbikes no Autódromo Internacional do Algarve e o Rallye Casinos do Algarve, festival BPM, como também a realização do novo festival de praia Afronation. foi essencial para manter os resultados estáveis.

Em relação ao ano 2020, prevê-se uma grande incerteza devido ao surto de coronavírus, sendo que as perspectivas são negativas.

### 1.3.4 Hotel Casino Chaves

No exercício do ano 2019 o Hotel Casino de Chaves recebeu 35.419 Hospedes, registando um crescimento de 1,25% comparativamente a 2018 em que se receberam 34.983. A taxa de ocupação registou um crescimento de 0,57 %, apresentando em 2019 56,09%, tendo em 2018 sido de 55,74%. O preço médio cresceu 0,30% situando-se nos 71,27 euros em 2019, sendo 71,06 euros em 2018.

As receitas totais de Alojamento foram em 2019 1.176,855 euros contra os 1.137,366 euros registados em 2018, apresentando um crescimento de 3,47%.



As receitas totais de Comidas e Bebidas cresceram 0,45% apresentando em 2019 535.794 euros, comparativamente aos 533.395 euros registados em 2018.

As outras receitas (aluguer de salas e Spa) tiveram um crescimento de 2,56% registando em 2019 147.152 euros contra 143.473 euros de 2018.

Em 2019 os proveitos totais do HCC foram no valor de 1.862.107 euros, representando um crescimento de 2,3 % face ao homólogo que foram no valor de 1.820,281 euros.

A capacidade de captação dos mercados emissores manteve-se equiparada à do ano 2018, estando distribuída da seguinte forma, Portugal 80,39%, Espanha 6,17%, França 5,41%, USA 1,29% , Suíça, 1,01%, Outros 5,73%.

A capacidade de captação do Hotel Casino de Chaves permitiu que em 2019 se tivessem realizado diversos eventos empresariais, desportivos e de lazer, destacando-se: Tintas Titan, Ciclonatur, Lar de Sonho, Skyros, Babyboomrs Classic, Bluebike, Boiron, Gala do Desporto, Gala do empreendedorismo, Transportugal, Torneios de Poker...

Para o ano 2020 prevê-se a concretização dos objectivos traçados, fundamentados pela concretização de eventos já negociados e outros em negociação, também pelas parcerias estabelecidas com entidades e organizações potenciadoras de acções no território. Poderão surgir alguns constrangimentos fruto da situação sanitária que se vive actualmente no Mundo, levando a alguma retracção na circulação de pessoas provenientes dos nossos mercados emissores.

O plano de acção comercial aprovado está a ser executado em conformidade com o estabelecido, abrangendo os principais segmentos de mercado.

#### 1.4 Investimentos

O ano de 2019, trouxe-nos um crescimento da actividade económica em Portugal superior à maioria dos países europeus o que acarretou um sentimento e indicadores positivos na confiança dos agentes económicos, apesar de se manterem alguns indicadores macroeconómicos relevantes com constrangimentos latentes e a perdurarem o que implica algumas reticências e cuidados a ter nos horizontes mais próximos.

Este cenário recomenda, contudo, alguma prudência pelo que a Solverde sustentou, como vem sendo hábito, a sua habitual estratégia de investimento nas suas diversas unidades e áreas de negócio, no sentido de manter a sua posição de elevada competitividade no sector em que se insere, assegurando, ao mesmo tempo, a sua aposta na conquista e fidelização de clientes e na captação de novos frequentadores e de utilizadores de leque de serviços que oferece.



No decurso do exercício em análise, a Solverde investiu cerca de 5,84 milhões de euros, dos quais se destacam as verbas despendidas na actualização dos equipamentos das salas de jogos dos nossos Casinos. Assim, no Casino Espinho investiram-se 1,58 milhões de euros, enquanto que nos três Casinos do Algarve o montante atingiu 2,72 milhões de euros. No Casino Chaves, de dimensão mais reduzida, gastaram-se apenas 145.000 euros. Na nova área de negócio que a Solverde explora, o Casino Online foram investidos, em diversos equipamentos, ao longo de 2019, perto de 500.000 euros, sendo que a maior fatia recaiu em programas informáticos.

A actualização do parque de máquinas, com a introdução de novos jogos, foi acompanhada por um ajustamento do mix oferecido, em função das preferências evidenciadas por clientes e frequentadores.

O restante investimento foi realizado em pequenas intervenções de remodelação/modernização nas diversas unidades hoteleiras, no sentido de oferecer elevados padrões de conforto e qualidade aos nossos clientes, com particular relevo as ocorridas no Hotel Apartamento Solverde, no Hotel Solverde Spa & Wellness Center e no Hotel Algarve Casino. Neste domínio há que evidenciar os quase 16.000 euros utilizados na remodelação de apartamentos e áreas comuns do Hotel Apartamento e na implementação de um novo sistema de detecção e controlo de incêndios que se estendeu também ao parque de estacionamento da unidade.

### 1.5 Relevação Contabilística

De acordo com o Sistema de Normalização Contabilística em vigor e na sequência da adopção das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, adoptaram-se os seguintes procedimentos:

- As taxas de depreciação do Activo Fixo Tangível Próprio, conforme os Decretos – Regulamentares 25/2009 e 4/2015 e Leis 64-B/2011 e 82-D/2014, foram utilizadas em 50% do estipulado nas respectivas Tabelas Anexas. Este procedimento influenciou positivamente o resultado do exercício em 1.493.900 euros.
- Contabilização, no Activo Fixo Tangível, dos bens adquiridos reversíveis para o Estado no final das concessões, sendo as respectivas depreciações efectuadas tendo em consideração os anos que faltam para o termo das mesmas.
- A parte comparticipada pelo Estado na aquisição destes bens, em Espinho, foi contabilizada em Outras Variações do Capital Próprio, como Subsídio ao Investimento, de acordo com o estipulado no actual normativo contabilístico, sendo o respectivo rendimento diferido ao longo da concessão, resultando numa imputação para este exercício no montante de 2.218.827 euros.
- Atendendo à natureza e situação de alguns processos pendentes sobre clientes e outros devedores, decidiu-se proceder ao reconhecimento de perdas e reversões por imparidades de dívidas a receber, tendo sido necessário reconhecer perdas no valor de 21.143 euros e reversões



em 435.560 euros. Simultaneamente consideramos como dívidas incobráveis, o valor de 127.887 euros, relativos a débitos sobre clientes de jogo, hotelaria, inquilinos e outros, por não ter sido possível a sua cobrança pela via judicial.

- Em virtude dos prémios acumulados nas diversas Salas de Jogos, a pagar aos clientes, terem aumentado durante o exercício, foi decidido corrigir a sua provisão nesse sentido, no valor de 133.174 euros. De igual modo, na sequência da extinção de processos judiciais em curso, foi revertida uma provisão no valor de 142.556 euros.
- Dando cumprimento à NCRF 15 e em consonância com a aplicação do método da equivalência patrimonial, procedeu-se a uma correcção negativa de 8.068 euros, no valor da conta de Investimentos Financeiros, Partes de capital em Subsidiárias, que corresponde ao resultado da associada Empes - Empresa de Publicidade de Espinho, Lda..
- Ainda no seguimento da necessária constante remodelação do sector de jogos, procedeu-se ao abate de diverso equipamento, devidamente autorizado pelo Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos, no valor de 984.381 euros, do qual resultou um custo para a empresa, que se cifrou em 275.481 euros.

## 2. EMPRESA ASSOCIADA

No que se refere à nossa empresa associada, cuja actividade monitorizamos de perto, destacamos como mais relevantes os seguintes factos sucedidos durante o ano 2019.

### EMPES - Empresa de Publicidade de Espinho, Lda

Neste exercício há a salientar a alteração do cargo de gerência da sociedade que ocorreu em Julho, tendo em vista a dinamização do jornal Defesa de Espinho de modo a proporcionar um maior alcance e projecção deste órgão regional de comunicação social.

Esta mudança e o período de transição que se seguiu obrigaram a nova gerência a um conjunto de exigências nem sempre facilmente conciliáveis. Desde logo, preparar a renovação editorial do jornal Defesa de Espinho sem comprometer ou prejudicar a publicação contínua do título. Por outro lado, introduzir novas práticas e métodos de trabalho com um quadro de funcionários pouco propenso à mudança. Finalmente, iniciar a implementação do plano estratégico dispondo apenas de meios humanos, financeiros e técnicos já disponíveis.



Nesse sentido, a opção recaiu numa gestão gradual da mudança, com medidas pontuais e que apenas alteraram de forma marginal os princípios adotados pela gerência anterior, Assim, os resultados que se apresentam neste exercício refletem, no essencial, as tendências que já se verificavam em exercícios anteriores.

Sem prejuízo do gradualismo atrás enunciado, e com a urgência de ser cumprido o plano estratégico, designadamente na sua componente de renovação editorial, foram realizados alguns investimentos. Mais concretamente, em matéria de contratualização de trabalho especializado em design de comunicação, consignado ao rebranding e ao relançamento do Defesa de Espinho programado para Janeiro de 2020.

Para que o mesmo objectivo fosse atingido, foi igualmente substituído o funcionário afeto ao departamento de produção (design, paginação e impressão do jornal), por um novo colaborador em regime de prestação de serviços, o que obrigou a renovar equipamento informático destinado ao cumprimento das suas funções. Finalmente, já na fase final do ano de 2019, foi tomada a opção de publicar a edição integralmente a cores, antecipando a mudança editorial, o que penalizou os resultados da rubrica de subcontratos.

Nos custos operacionais e consumos intermédios, a nova gerência prosseguiu a política de racionalização e contenção que vinha ser seguida pela anterior, com resultados positivos e que se desejam reforçar no próximo ano. Neste capítulo, importa referir que foi recentemente renegociado o valor da impressão do jornal, o que irá, não apenas reduzir os custos da produção com o mesmo fornecedor, mas também manter a publicação do jornal *full colour*, acrescentando valor ao produto que disponibilizamos a leitores e anunciantes.

No capítulo das receitas, o valor obtido na angariação de publicidade comprova a necessidade urgente de robustecer a operação comercial e de marketing do jornal Defesa de Espinho. Esse constitui um dos objectivos centrais para o exercício de 2020. Ao nível das assinaturas e da circulação em banca, as perdas que se verificaram acompanham os resultados dos exercícios anteriores, havendo expectativa de que se possam mitigar com a renovação do título que está em curso.

Neste contexto, pelos factos atrás relatados, o resultado líquido foi negativo tendo atingido o valor de 10.231,47 euros.



### 3. PLANO DE COMUNICAÇÃO

O ano 2019 teve momentos de grande importância, que aqui importa destacar.

Como habitual, o ano arranca com o grande evento do Turismo, a BTL, onde mantivemos uma brilhante presença, num stand que ano após ano dignifica o nosso Grupo. Em Maio, também aderimos à FIT na Guarda, uma feira de menor dimensão e onde tivemos uma presença assumidamente mais discreta.

Durante todo o ano fomos anunciando e divulgando todas as iniciativas associadas quer aos hotéis, quer aos casinos, desde dias temáticos, períodos de férias, festividades, happy-hours, passatempos, animações, eventos, etc, etc.

Foi mais um ano de muita receptividade e aceitação por parte dos nossos clientes e amigos. Frequentemente salas esgotadas e taxas de ocupação a aumentar.

O ano fica marcado pelo prémio obtido no Hotel Casino Chaves - Prémio Cinco Estrelas Regiões (2019), na categoria "Hotel & SPA" no distrito de Vila Real. Entre centenas de outras marcas de diversas categorias, os consumidores destacaram a excelência do serviço e elevado nível de satisfação global desta unidade hoteleira, contribuindo para a promoção da região onde está inserida. Aos produtos, serviços e marcas vencedores do Prémio Cinco Estrelas Regiões 2019 juntam-se ícones regionais de referência nacional identificados por uma votação nacional através da qual a população identificou o que considera extraordinário a vários níveis, desde recursos naturais, património, artesanato, gastronomia, aldeias e vilas e outros marcos de referência do nosso país. A entrega dos Prémios decorreu em Viseu no dia 17 de maio e marcou o início de um plano de comunicação bem vasto que passou por vários formatos, desde imprensa, rádio, outdoor e TV, para além de uma forte campanha em suportes digitais. O ponto alto foi sem dúvida a reportagem efectuada pela TVI em julho, com direito a uma extensa exposição em canal generalista.

Ao longo do ano, reforçámos os investimentos em comunicação de todas as unidades a norte, em meios de comunicação tradicionais como a rádio e outdoor onde promovemos toda a actividade afectada aos nossos casinos.

A oferta das unidades hoteleiras, gozou de um investimento mais agressivo em canais digitais, onde temos conseguido, ano após ano, cada vez melhores taxas de conversão.

Para isso, melhorámos também o funcionamento da nossa plataforma – [www.solverde.pt](http://www.solverde.pt) - com alterações ao nível da programação, que visam a um melhor desempenho.

A equipa de Marketing sofreu uma alteração com o responsável da área digital a ser substituído.



Finalmente conseguimos levar a efeito uma Press Trip, especialmente preparada e organizada para promoção, reforço e divulgação da nossa unidade Hotel Casino Chaves. Foi, de facto, um sucesso. Conseguimos reunir num fim-de-semana alguns dos principais bloggers, influencers e jornalistas portugueses, mas também espanhóis, que oriundos de diversas áreas de interesse como turismo, viagens e lazer, economia, desfrutaram de um muito agradável momento. Todos adoraram e tiveram a oportunidade de confirmar in loco as valências, qualidades e oferta da Solverde naquela região.

O retorno desse evento foi brutal. Forte exposição e visibilidade do HCC, num ano em cheio.

Durante o ano conseguimos reunir conteúdos vídeo que nos permitiram chegar ao final do ano com um pequeno suporte institucional que permite dar uma excelente visibilidade do que é o Grupo Solverde, tanto dos hotéis como dos casinos.

Demos início à preparação da extensão do programa de fidelização - Privilege Club – o qual existia em exclusivo nos casinos, dotando o mesmo de um novo cartão para os hotéis e com um conjunto de benefícios associados aos mesmos.

Em paralelo e ao longo do todo o ano, fomos realizando e/ou apoiando iniciativas de cariz desportivo, cultural, musical, etc que visam promover as regiões onde estamos inseridos. São disso bom exemplo:

- Expresso BPI Golf Cup
- XVII Circuito Golfe Casinos Solverde
- Campeonato Nacional Golfe
- XXIX Torneio Int.Hóquei Patins
- Circuito Veteranos Ténis/Espinho Jovem
- Passeio Porsche
- Espinho Clássico Automóveis
- XXI Raid Casino Espinho
- Circuito Sénior Golf
- XXVII Solverde Cup Golf
- Circuito Golfe The Pairs
- AMB Volleybol Praia
- Campeonato Nacional Golfe PGA
- FEST
- CINANIMA
- várias Festas e Romarias locais
- XV Congresso Internacional Turismo
- Beach Games Chaves
- Gala do Desporto do Alto Tâmega
- Gala do Empreendedorismo
- Clube de Motard de Chaves



- XVI Circuito Golfe Casinos Solverde

#### 4. EVOLUÇÃO PREVISIONAL

Todas as previsões que, ainda há bem pouco tempo, se faziam para a economia mundial e para a evolução económica em Portugal, em particular, caíram por terra com o aparecimento e propagação da pandemia provocada pelo ainda incontrolável vírus Covid-19.

Os efeitos produzidos por esta pandemia far-se-ão sentir de forma muito profunda, quiçá devastadora para muitas empresas e organizações que as levarão ao encerramento com graves consequências sociais, nomeadamente ao nível do desemprego.

O confinamento a que as pessoas foram obrigadas, o encerramento de muitos estabelecimentos, o fecho das fronteiras e outras medidas, por motivos de ordem sanitária, vão provocar, a curto e médio prazo consequências negativas profundíssimas no nível de actividade económica, pressões enormes na gestão das dívidas públicas e no nível da confiança de todos os agentes económicos.

Refira-se, entretanto, que para fazer face a esta grave situação, a Solverde já desenvolveu uma série de medidas que possam suavizar este impacto negativo, procedendo, desde logo, a uma profunda análise e contenção de custos e preparando uma retoma que se crê lenta a curto prazo mas, vislumbramos estar capacitados para enfrentar com todas as forças, o arranque para uma situação de relançamento mais consistente e rápido que se prevê possa ocorrer no próximo exercício de 2021.

E, entre outros sectores, o turismo irá ser, com certeza, um dos que mais sofrerá, em virtude da dificuldade / impossibilidade de mobilidade internacional de pessoas, da perda de rendimentos, e de confiança (medo) das pessoas.

A Solverde, que actua neste sector, viu, com excepção do Casino Online, todas as unidades hoteleiras e casinos encerrados temporariamente e que, certamente, quando reabrirem, o farão com limitações derivadas de razões sanitárias e com níveis de actividade muito aquém daquilo que seria expectável para 2020, há muito pouco tempo atrás.

As repercussões serão brutalmente negativas quer ao nível de receitas quer nos resultados para o corrente exercício, sendo que, dado os elevadíssimos níveis de incerteza não arriscamos apontar valores previsionais para estes indicadores.



## 5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou, divulgação nas contas do exercício, nomeadamente situações ambientais e laborais que possam pôr em causa a actividade futura da empresa.

## 6. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL E SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2019, a Sociedade não tinha quaisquer dívidas nem à Administração Fiscal nem à Segurança Social.

## 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido Positivo do exercício de 2019, que ascendeu a 2.110.595,59 euros (Dois Milhões Cento e Dez Mil Quinhentos e Noventa e Cinco Euros e Cinquenta e Nove Cêntimos), seja transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

## 8. DISPOSIÇÕES LEGAIS

Nos termos do n.º 5, alínea h) do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, os objectivos e as políticas da sociedade em matéria de riscos financeiros inserem-se na política integrada de gestão de risco do Grupo Violas definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta.

## 9. AGRADECIMENTOS

Aos membros do Governo, do Turismo de Portugal, da Inspeção Geral de Jogos e a todas as demais entidades oficiais, autárquicas e privadas que desenvolveram relacionamentos com a Solverde, o Conselho de Administração faz um voto de agradecimento pela prestimosa colaboração dispensada.

A todos os colaboradores da Sociedade manifestamos o nosso reconhecimento pelo empenho e pela colaboração demonstrados.

Ao público em geral, agradecemos a preferência que continuou a dar aos nossos serviços.



Espinho, 18 de Maio de 2020

O Conselho de Administração

---

Manuel Soares de Oliveira Violas

---

Rita Celeste Soares Violas e Sá

---

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

---

Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

---

Joel Santos Pais

---

Joaquim Fernando Marques Reis

---

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho



## ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

**Anexo I ao Relatório Anual de Gestão – Período de 2019****Publicidade das participações no Capital Social dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade**

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 447º, nº 5 do Código das Sociedades Comerciais informa-se que, em 31 de Dezembro de 2019, os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais pessoas referidas no nº 2 do mesmo preceito não detêm acções da Sociedade.

**Anexo II ao Relatório Anual de Gestão – Período de 2019**

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 448º, nº 4 do Código das Sociedades Comerciais informa-se que em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, segundo os registos da Sociedade e as informações recebidas, é a seguinte lista dos Accionistas detentores de pelo menos 1/10 do Capital Social:

	% Detida	
	2019	2018
VIOLAS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	93,67%	93,67%

Espinho, 18 de Maio de 2020

O Conselho de Administração

\_\_\_\_\_  
Manuel Soares de Oliveira Violas

\_\_\_\_\_  
Rita Celeste Soares Violas e Sá

\_\_\_\_\_  
Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

\_\_\_\_\_  
Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

\_\_\_\_\_  
Joel Santos Pais

\_\_\_\_\_  
Joaquim Fernando Marques Reis

\_\_\_\_\_  
Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho



## BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/dez/19	31/dez/18
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	81 552 775	87 325 049
Propriedades de investimento	6	1 111	6 546
Activos intangíveis	7	22 502 498	27 651 598
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	11 065	19 132
Outros investimentos financeiros	9	381 341	356 495
Caixa e depósitos bancários	4	2 678 637	2 638 637
		107 127 427	117 997 457
<b>Activo Corrente</b>			
Inventários	10	875 118	881 250
Clientes	11	554 275	494 960
Estado e outros entes públicos	12	2 360 873	2 375 334
Outros créditos a receber	13	40 124 510	26 882 732
Diferimentos	14	328 276	513 666
Caixa e depósitos bancários	4	8 620 070	6 938 147
		52 863 122	38 086 089
<b>Total do activo</b>		<b>159 990 549</b>	<b>156 083 547</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	15	30 000 000	30 000 000
Ações próprias	15	(3 221 839)	(3 221 839)
Reservas legais	15	5 313 545	5 313 545
Outras reservas	15	62 105 188	62 105 188
Resultados transitados	16	(14 444 315)	(18 803 872)
Excedentes de revalorização	17	9 460 927	9 460 927
Ajustamentos em activos financeiros	18	85 149	85 149
Outras variações no capital próprio	19	8 875 306	10 253 152
Resultado líquido do período	20 ; 35	2 110 596	6 382 744
Interesses que não controlam		0	0
<b>Total do capital próprio</b>		<b>100 284 557</b>	<b>101 574 994</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	21 ; 30	1 532 145	1 541 526
Financiamentos obtidos	22	625 000	1 875 000
Estado e outros entes públicos	12	4 731 052	6 250 438
		6 888 197	9 666 964
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	23	1 953 028	2 186 351
Adiantamentos de clientes	11	187 701	77 623
Estado e outros entes públicos	12	16 384 689	14 593 607
Financiamentos obtidos	22	30 464 549	23 782 198
Outras dívidas a pagar	24	3 803 664	4 136 447
Diferimentos	14	24 164	65 362
		52 817 795	44 841 589
<b>Total do passivo</b>		<b>59 705 992</b>	<b>54 508 553</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>159 990 549</b>	<b>156 083 547</b>

Espinho, 18 de Maio de 2020

O Contabilista Certificado

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

O Conselho de Administração

Manuel Soares de Oliveira Violas - Presidente

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(valores em Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/dez/19	31/dez/18
Vendas e serviços prestados	25	119 766 062	114 968 949
Subsídios à exploração	26	7 916	23 620
Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	(8 068)	0
Ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	0	10 050
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(4 955 788)	(5 037 801)
Fornecimentos e serviços externos	27	(24 272 982)	(19 634 464)
Gastos com o pessoal	28	(24 443 656)	(22 761 234)
Perdas por Imparidade de dívidas a receber	29	(21 143)	(13 955)
Reversões de perdas por Imparidade de dívidas a receber	29	435 560	153 574
Aumentos de Provisões	21 ; 30	(133 174)	(166 582)
Reduções de Provisões	21 ; 30	142 556	20 719
Perdas por reduções de justo valor	31	0	(7 003)
Ganhos por aumentos de justo valor	31	2 876	0
Outros rendimentos	32	2 804 905	3 685 486
Outros gastos	33	(49 997 269)	(48 572 533)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>19 327 794</b>	<b>22 668 826</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 ; 6 ; 7	(16 611 497)	(15 622 945)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2 716 297</b>	<b>7 045 880</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	34	156 538	50 803
Juros e gastos similares suportados	34	(762 239)	(713 939)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 110 596</b>	<b>6 382 744</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0	0
<b>Resultado líquido do período</b>	20	<b>2 110 596</b>	<b>6 382 744</b>
<b>Resultado por acção básico</b>	35	<b>0,376</b>	<b>1,136</b>

Espinho, 18 de Maio de 2020

0,00

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

Manuel Soares de Oliveira Violas - Presidente

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho



DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(valores em Euro)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (01/01/2018)	6	30 000 000	(1 900 180)	(1 321 659)	5 313 545	62 105 188	(22 609 829)	9 460 927	84 469	11 240 625	3 806 638	96 179 723	0	96 179 723
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Aplicação de resultados	15	0	0	0	0	0	3 806 638	0	0	0	(3 806 638)	(0)	0	(0)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19	0	0	0	0	0	(681)	0	681	(987 473)	0	(987 473)	0	(987 473)
	7	0	0	0	0	0	3 805 957	0	681	(987 473)	(3 806 638)	(987 473)	0	(987 473)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6 382 744	6 382 744	0	6 382 744
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	9=7+8	0	0	0	0	0	3 805 957	0	681	(987 473)	2 576 106	5 395 271	0	5 395 271
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>														
Outras operações	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (31/12/2018)</b>	11=6+7+8+10	30 000 000	(1 900 180)	(1 321 659)	5 313 545	62 105 188	(18 803 872)	9 460 927	85 149	10 253 152	6 382 744	101 574 994	0	101 574 994

Espinho, 18 de Maio de 2020

O Contabilista Certificado

António Luis Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

O Conselho de Administração,

Manuel Soares de Oliveira Violas - Presidente

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(valores em Euro)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Ações próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período			Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (01/01/2019)</b>	6	30 000 000	(1 900 180)	(1 321 659)	5 313 545	62 105 188	(18 803 872)	9 460 927	85 149	10 253 152	6 382 744	101 574 994	0	101 574 994
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Aplicação de resultados	15	0	0	0	0	0	6 382 744	0	0	0	(6 382 744)	(0)	0	(0)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19	0	0	0	0	0	0	0	0	(1 377 845)	0	(1 377 845)	0	(1 377 845)
	7	0	0	0	0	0	6 382 744	0	0	(1 377 845)	(6 382 744)	(1 377 846)	0	(1 377 846)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 110 596	2 110 596	0	2 110 596
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	9=7+8	0	0	0	0	0	6 382 744	0	0	(1 377 845)	(4 272 149)	732 750	0	732 750
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>														
Realizações de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Realizações de prémios de emissão		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuições		0	0	0	0	0	(2 023 187)	0	0	0	0	(2 023 187)	0	(2 023 187)
Entradas para cobertura de perdas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	10	0	0	0	0	0	(2 023 187)	0	0	0	0	(2 023 187)	0	(2 023 187)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (31/12/2019)</b>	11=6+7+8+10 15;16;17; 18;19;20	30 000 000	(1 900 180)	(1 321 659)	5 313 545	62 105 188	(14 444 315)	9 460 927	85 149	8 875 306	2 110 596	100 284 557	0	100 284 557

Espinho, 18 de Maio de 2020

O Contabilista Certificado

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

O Conselho de Administração,

Manuel Soares de Oliveira Violas - Presidente

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(valores em Euro)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/dez/19	31/dez/18
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		119 816 826	115 201 181
Pagamentos a fornecedores		(29 502 560)	(24 609 272)
Pagamentos ao pessoal		(24 443 656)	(22 761 234)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>65 870 610</b>	<b>67 830 675</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		0	0
Outros recebimentos / pagamentos		(50 488 743)	(44 689 104)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>15 381 867</b>	<b>23 141 571</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		(5 346 006)	(6 644 505)
Activos intangíveis		(454 997)	(268 394)
Investimentos financeiros		0	0
Outros activos		(24 846)	(11 125)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		0	0
Activos intangíveis		0	0
Outros activos		103 615	8 644
Subsídios para o Investimento		2 218 827	2 050 630
Juros e Rendimentos Similares		156 538	50 803
Investimentos financeiros		0	5 250
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>(3 346 869)</b>	<b>(4 808 697)</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		10 778 357	45 032 198
Realizações de capital e outros instrumentos do capital próprio		0	0
Juros e ganhos similares		0	0
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(5 346 006)	(46 100 139)
Juros e gastos similares		(762 239)	(713 939)
Distribuição de resultados		(2 023 187)	0
Outras operações de financiamento		(13 000 000)	(15 000 000)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(10 353 075)</b>	<b>(16 781 879)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>1 681 923</b>	<b>1 550 995</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>4</b>	<b>6 938 147</b>	<b>5 387 153</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>4</b>	<b>8 620 070</b>	<b>6 938 147</b>

Espinho, 18 de Maio de 2020

O Contabilista Certificado

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

O Conselho de Administração

Manuel Soares de Oliveira Violas - Presidente

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019****(valores expressos em Euros)****1. INTRODUÇÃO**

A SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A., é uma sociedade anónima, constituída em 12 de Abril de 1972, com sede social na Rua 19, n.º 85, 4501-858 Espinho, freguesia e com concelho de Espinho, e que tem como actividade principal a exploração das concessões das zonas de jogo de Espinho e Algarve até 31 de Dezembro de 2023 e de Vidago/Pedras Salgadas até ao final de 2032. As respectivas unidades de casinos encontram-se localizadas em Espinho, Vilamoura, Monte Gordo, Praia da Rocha e Chaves.

Em consequência das obrigações contractuais das referidas concessões, desenvolve ainda a actividade de Restauração e Hotelaria, sendo proprietária do Hotel Solverde Spa & Wellness Center, em São Félix da Marinha, no segmento de 5 estrelas, Hotel Casino Chaves, 4 estrelas e Hotel Apartamento Solverde em Espinho de 4 estrelas, sendo ainda concessionária do Hotel Algarve Casino, na Praia da Rocha de 5 estrelas.

A Sociedade integra o Grupo Violas - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., com sede na Rua dos Combatentes, n.º. 783, Freguesia de Guetim, Concelho de Espinho. Consequentemente, as operações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo onde se insere.

As Empresas do Grupo, presentes em Portugal, Brasil, EUA, Canadá, Alemanha, Suíça, Dinamarca, França, Reino Unido e Bélgica, exercem as seguintes actividades económicas:

- Produção e comercialização de produtos de cordoaria, redes e embalagens;
- Imobiliária
- Hotelaria e Jogo

As demonstrações financeiras anexas correspondem às demonstrações financeiras individuais da Sociedade. Nos termos do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 98/2015, de 02 de Junho, a Sociedade está dispensada de elaborar e apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa. As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

**2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****2.1. Base de Preparação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015, de 24 de Julho (que altera o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de



Julho), que transpõe a Directiva 2013/34/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013 e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

No período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2019, as entidades devem aplicar as novas políticas contabilísticas alteradas pelo Aviso nº 8256/2015, de 29 de Julho, sem reexpressar os saldos existentes no início desse período, e divulgar no Anexo as quantias que não sejam comparáveis.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras são apresentadas na Nota 3.

## **2.2. Pressuposto da continuidade**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## **2.3. Classificação dos activos e passivos e passivos não correntes**

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como activos e passivos não correntes.

## **2.4. Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.



## 2.5. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

### 3.1. Conversão cambial

#### (i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade e respectivas notas deste anexo, são apresentadas em euros, salvo indicação em contrário.

#### ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos / recebimentos das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

### 3.2. Princípio de consolidação

A Sociedade encontra-se dispensada de apresentar contas consolidadas ao abrigo do n.º 3 do artigo 7.º do decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho, pelo facto de ser detida pela Violas – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e integrar por esta via as Demonstrações Financeiras Consolidadas desta Sociedade. Relativamente às participadas, a Sociedade, quando aplicável, utiliza o Método de Equivalência Patrimonial.

### 3.3. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.



As depreciações dos activos fixos tangíveis próprios são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta e de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Este decreto foi actualizado pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de Abril, que procede à quarta alteração ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, alterado pela Leis n.ºs 64-B/2011, de 30 de Dezembro, 2/2014, de 16 de Janeiro, e 82-D/2014, de 31 de Dezembro, que estabelece o regime das depreciações e amortizações para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	40
Equipamento básico	8 a 16
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	6 a 16
Outros activos fixos tangíveis	14 a 24

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os bens afectos às concessões e reversíveis para o Estado são depreciados, em função dos anos que faltam para o término das mesmas, sendo considerado para esse efeito, o final de 2023 para Espinho e Algarve e 2032 para Vidago-Pedras Salgadas. Com esse pressuposto as taxas usadas durante o exercício resultaram em 20,00% e 7,14% (100/n) respectivamente, sendo n = ao número de anos que faltam até 2023 ou 2032.

O activo fixo tangível em curso, representa o activo ainda em fase de construção, e encontra-se registado ao custo dos dispêndios efectivados em várias pesquisas no campo de golfe da Cabeça Boa.

Este activo será depreciado a partir do momento em que o projecto global, no qual se integrará, esteja pronto para utilização e será deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As mais e menos valias resultantes da alienação ou abate dos activos fixos tangíveis, são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação, sendo registadas nas demonstrações dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

### 3.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis compreendem os valores dos saldos que transitaram de 2009, das contrapartidas iniciais das Concessões das Zonas de Jogo de Espinho e do Algarve, que terminavam respectivamente, em 2008 e 2017,



acrescidas dos valores das contrapartidas devidas pelas prorrogações das mesmas até 2023. O reconhecimento na demonstração dos resultados é registado na rubrica “Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização”, linearmente ao longo do período da concessão.

### 3.5. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para obter rendimento e/ou valorização de capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo acrescido de dispêndios directamente atribuíveis, deduzidos de quaisquer depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método da linha recta, de uma forma consistente de período a período, estando actualmente a ser considerada uma vida útil de 50 anos.

As depreciações que integram as propriedades de investimento iniciam-se quando estiverem disponíveis para uso, numa base de duodécimos e só cessam na data em que forem desreconhecidos ou classificados como detidos para venda.

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos, a par dos rendimentos (rendas) obtidos com as propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que se referem.

Em consequência da obrigatoriedade imposta pela anterior Concessão de Jogo de Espinho, a Sociedade ainda detém oito apartamentos, construídos para rendas económicas e limitadas.

### 3.6. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na



demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 3.7. Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da empresa nos activos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Sociedade incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

Quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando a empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transacções com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o activo transferido esteja em imparidade.

Das subsidiárias e participadas da Sociedade, seja em 2017, ou nos exercícios anteriores, não houve distribuição de lucros, por serem transferidos para Resultados transitados ou apresentarem prejuízos.

### 3.8. Inventários

Os Inventários são valorizados pelo valor de aquisição, utilizando-se o custo médio como critério valorimétrico da sua movimentação, realizada em regime de inventário permanente, de acordo com o n.º 1 do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

Como as mercadorias são constituídas essencialmente por tabaco manufacturado e as matérias-primas por produtos de restauração com rápida rotação, não facilmente deterioráveis ou obsoletos, não se tem justificado o



reconhecimento de perdas por imparidade nos períodos em que as necessidades de ajustamento são verificadas, utilizando-se o custo de reposição como referencial.

### 3.9. Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contractuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: **(i)** ao custo ou custo amortizado e **(ii)** ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### (i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

#### a) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de um ano, verificando-se porém a existência de fundos de maneio, não só nas áreas adstritas ao jogo, mas também nos diferente sectores como sejam restaurantes, bares, balcões, quiosques, etc. Os mais significativos asseguram o pagamento de prémio de jogo, o que determina limitações à sua disponibilidade, sendo reconhecidos como activos não correntes.

#### b) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período e as reversões decorrentes da cessação total do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efectiva do crédito, deduzidas directamente nas contas correntes.



**c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo e não vencem juros. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando liquidadas, canceladas ou expiradas.

**d) Empréstimos**

Os empréstimos obtidos são registados no passivo ao custo deduzido dos encargos da transacção que são directamente atribuíveis à emissão, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, consoante o seu vencimento ocorra, respectivamente, a menos ou mais de um ano.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando liquidadas, canceladas ou expiradas.

Os gastos com juros e outros, incorridos como os empréstimos são calculados de acordo com a taxa efectiva e contabilizados na Demonstração de resultados do período, conforme o regime do acréscimo e a regra da especialização dos exercícios.

**e) Passivos financeiros e Instrumentos de Capital Próprio**

As acções próprias são contabilizadas pelo custo de aquisição e consideradas como abatimento ao capital próprio.

**(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**

Todos os activos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor” com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

**a) Instrumentos financeiros detidos para negociação**

Os activos financeiros detidos para venda são mensurados ao justo valor, utilizando as cotações de mercado, sendo as suas alterações reconhecidas na demonstração de resultados, conforme o disposto na NCRF 27.

**(iii) Imparidade de activos financeiros**

Os activos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência



objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

#### **(iv) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros**

A Sociedade desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contractuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### **3.10. Rédito**

O rédito é relativo a vendas e prestações de serviços decorrentes da actividade ordinária da Sociedade, é reconhecido pelo valor efectivo, no respeitante nomeadamente às actividades de hotelaria e restauração. Quanto às receitas da actividade de exploração dos jogos de fortuna ou azar nas Concessões de Espinho, Algarve e Vidago/Pedras Salgadas, registadas como “Prestações de Serviços”, são diariamente determinadas e advêm da diferença entre o montante das apostas concretizadas e os prémios atribuídos e pagos no dia, incluindo os provenientes de acumulados.

### **3.11. Subsídios do Governo**

Os subsídios estatais são reconhecidos apenas quando existir segurança de que a Sociedade cumprirá as condições inerentes à sua atribuição designadamente o investimento efectivo nas aplicações relevantes, e que os subsídios serão recebidos.



Os subsídios ao investimento recebidos com o objectivo de compensar a Sociedade por investimentos efectuados em activos fixos tangíveis ou intangíveis são inicialmente levados aos capitais próprios, sendo subsequentemente transferido para resultados durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado.

Como no Contracto de Concessão da Zona de Jogo de Espinho está estabelecido que anualmente o Estado subsidiará até 50% do valor investido em determinados activos fixos tangíveis, todos os anos acresce esse montante aos anteriores, sendo cada período imputado como gasto e rendimento o valor das correspondentes depreciações.

Também, está previsto no Contracto de Concessão da Zona de Jogo de Espinho e Algarve, uma redução da contrapartida anual, de uma percentagem em certas despesas, dentro de um limite de 25% e 17,5% respectivamente do acréscimo nas receitas brutas dos jogos de cada exercício, relativamente ao ano anterior.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio. Todos os subsídios à exploração são contabilizados de acordo com a NCRF 22.

### 3.12. Principais estimativas e julgamentos apresentados

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Valorização de Activos Fixos Tangíveis registados pelo modelo do custo, nomeadamente Edifícios e Equipamentos.
- Vidas úteis atribuídas aos bens reversíveis para terceiros, sobretudo as relativas a equipamentos de jogo;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.



As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nestas estimativas.

As alterações a ocorrer posteriormente à data, serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

### 3.13. Imposto sobre o rendimento

Dada a especificidade das actividades desenvolvidas pela Sociedade, de exploração de jogos de fortuna ou azar e outras complementares, conforme contratos de Concessão celebrados entre o Estado e a Solverde, para as zonas de jogo de Espinho, Algarve e Vidago/Pedras Salgadas, regulada por legislação específica nomeadamente o Decreto-Lei n.º 422/89 de 2 de Dezembro, o qual estabelece no Artigo 84.º “Imposto Especial de Jogo”:

- **“N.º 1** - *As Empresas Concessionárias ficam obrigadas ao pagamento de um imposto especial pelo exercício da actividade de jogo, o qual será liquidado e cobrado nos termos das disposições seguintes”.*
- **“N.º 2** – *Não será exigível qualquer outra tributação, geral ou local, relativa ao exercício da actividade referida no número anterior ou de quaisquer outras a que as empresas concessionárias estejam obrigadas nos termos dos contratos de concessão e pelo período em que estes se mantenham em vigor”.*
- **“N.º 3** – *Do imposto especial do jogo, 80% constituem receita do Fundo de Turismo, que (...)”.*
- **“N.º 4** – *O exercício por parte das empresas concessionárias de quaisquer actividades não abrangidas pelo n.º 1 e 2 fica sujeito ao regime tributário geral (...)”* tratando os artigos seguintes do cálculo, liquidação e cobrança deste imposto especial, segundo os diferentes jogos praticados.

Mais estabelece o n.º 1 do artigo 95.º que *“A exploração e a prática de jogos de fortuna ou azar e a execução das obrigações das concessionárias ficam sujeitas à inspecção e fiscalização do Estado, exercidas pelo Serviço de Inspeção de Jogos”.*

Está ainda consignado nos referidos contractos que, para além do pagamento mensal do Imposto Especial de Jogo, de outras despesas e certas deduções, a considerar no fim de cada exercício, serão definidos os diferenciais para cada Contrapartida Anual, fixada em 50%, 35% e 20,1% das receitas brutas do jogo, respectivamente para Espinho, Algarve e Vidago/Pedras Salgadas, valores esses a pagar até 31 de Janeiro do ano seguinte.

Como reforço a estes normativos, o Código do IRC refere no seu Artigo 7.º, “Rendimentos não sujeitos” que, *“Não estão sujeitos a IRC os rendimentos directamente resultantes do exercício da actividade sujeita ao Imposto Especial de Jogo”.*

Em cada ano são liquidadas e pagas as Contrapartidas supra mencionadas sobre as receitas brutas de jogo, tendo em consideração as Tabelas Mínimas que constituem o Anexo do Decreto-Lei nº 275/2001, de 17 de Outubro referentes a Espinho e Algarve, que incluem entre outras o Imposto Especial de Jogo, não ficando nada



pendente em termos tributários, razão pela qual não se coloca à Sociedade qualquer questão no que concerne a impostos diferidos.

### 3.14. Regime do Acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras Contas a Receber e a Pagar” ou “Diferimentos”.

### 3.15. Provisões, passivos e activos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente legal ou construtiva, resultante de um evento passado que implique a saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de balanço e ajustadas para reflectir a melhor estimativa a essa data.

Não se encontram reconhecidas nas demonstrações financeiras, as responsabilidades da Sociedade por garantias prestadas por diversas instituições bancárias, porém encontram-se discriminadas na **Nota 38**.

### 3.16. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, férias e natal, abonos para falhas e retribuições adicionais eventuais decididas pelo órgão de gestão.

São também incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

Assim, estas responsabilidades, quando existam, são registadas no período em que todos os Colaboradores, adquirem o respectivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo por liquidar a data da demonstração da posição financeira relevado na rubrica de valores a pagar correntes.

### 3.17. Eventos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do fecho, até à data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do relato financeiro são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data do fecho que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do relato financeiro são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 18 de Maio de 2020, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na nota 38, abaixo.

#### Evolução da situação da propagação da Covid-19:

A Administração da Solverde, está a monitorizar a evolução da situação da pandemia da Covid-19, com vista a tomar atempadamente as medidas que se afigurem necessárias para minimizar o impacto da Covid-19 no negócio da Empresa, visando:

- i) Salvar a vida e a saúde dos trabalhadores através de aconselhamento preventivo eficaz sobre cuidados de saúde e disponibilização de informação e meios de proteção adequados;
- ii) Preparar a resposta operacional e manter os serviços essenciais em funcionamento; e
- iii) Minimizar os efeitos de eventuais regimes de trabalho remoto e preparar o rápido restabelecimento do normal funcionamento da empresa.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

A Sociedade preparou a Demonstração dos Fluxos de caixa pelo método directo.

### 4.1. Caixa e seus equivalentes que não estarão disponíveis para uso

Não existem, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, caixa e equivalentes de caixa não disponíveis para uso.

### 4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Excepto quanto aos fundos de maneio afectos às diversas Salas de Jogo, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	31-12-2019	31-12-2018
<b>Numerário:</b>		
Caixa - Fundo maneio	2 678 637	2 638 637
<b>Caixa e equivalentes de caixa (activo) - Não corrente</b>	<b>2 678 637</b>	<b>2 638 637</b>
<b>Numerário:</b>		
Caixa	3 334 544	3 410 156
<b>Subtotal</b>	<b>3 334 544</b>	<b>3 410 156</b>
<b>Depósitos bancários</b>		
Depósitos à ordem	5 264 071	3 506 544
Outros depósitos bancários	21 456	21 448
<b>Subtotal</b>	<b>5 285 526</b>	<b>3 527 992</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (activo) - Corrente</b>	<b>8 620 070</b>	<b>6 938 147</b>
<b>Equivalentes de caixa (passivo) - Corrente</b>	<b>464 549</b>	<b>282 198</b>

O montante evidenciado na rubrica de Caixa – Não corrente refere-se aos fundos de maneio afectos às diversas salas de jogo dos cinco Casinos Solverde, fixados e controlados pela Inspeção Geral de Jogos e não disponíveis de imediato. Estas verbas poderão alterar durante o ano, conforme a actividade do jogo assim o justifique.



## 5. ACTIVO FIXO TANGÍVEL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, o movimento registado em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	2019							Total
	Terrenos	Edifícios	Equipamento			Outros Activos Fixos	AFT em Curso	
			Básico	Transporte	Admin.			
Quantia escriturada bruta inicial	3 138 069	111 104 708	105 394 426	1 944 480	6 697 126	2 700 311	154 752	231 133 872
Depreciações acumuladas iniciais	0	(68 625 434)	(66 320 687)	(1 058 630)	(6 170 077)	(1 633 994)	0	(143 808 822)
<b>Quantia escriturada líquida inicial</b>	<b>3 138 069</b>	<b>42 479 273</b>	<b>39 073 739</b>	<b>885 850</b>	<b>527 048</b>	<b>1 066 317</b>	<b>154 752</b>	<b>87 325 049</b>
<b>Adições</b>								
Aquisições em 1.ª mão	0	154 245	4 987 857	372 973	37 597	7 379	0	5 560 050
<b>Total das adições</b>	<b>0</b>	<b>154 245</b>	<b>4 987 857</b>	<b>372 973</b>	<b>37 597</b>	<b>7 379</b>	<b>0</b>	<b>5 560 050</b>
<b>Diminuições</b>								
Depreciações	0	(2 926 760)	(7 686 286)	(205 139)	(78 446)	(110 769)	0	(11 007 400)
Alienações	0	0	0	(241 831)	0	0	0	(241 831)
Alienações - Depreciações	0	0	0	192 388	0	0	0	192 388
Abates	0	0	(984 381)	0	0	0	0	(984 381)
Abates - Depreciações	0	0	708 900	0	0	0	0	708 900
<b>Total das diminuições</b>	<b>0</b>	<b>(2 926 760)</b>	<b>(7 961 767)</b>	<b>(254 582)</b>	<b>(78 446)</b>	<b>(110 769)</b>	<b>0</b>	<b>(11 332 324)</b>
Quantia escriturada bruta final	3 138 069	111 258 952	109 397 902	2 075 622	6 734 723	2 707 690	154 752	235 467 710
Depreciações acumuladas finais	0	(71 552 194)	(73 298 073)	(1 071 381)	(6 248 524)	(1 744 763)	0	(153 914 935)
<b>Quantia escriturada líquida final</b>	<b>3 138 069</b>	<b>39 706 758</b>	<b>36 099 828</b>	<b>1 004 242</b>	<b>486 199</b>	<b>962 927</b>	<b>154 752</b>	<b>81 552 775</b>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, o movimento registado em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	2018							Total
	Terrenos	Edifícios	Equipamento			Outros Activos Fixos	AFT em Curso	
			Básico	Transporte	Admin.			
Quantia escriturada bruta inicial	3 138 069	110 550 426	102 151 357	1 730 994	6 669 557	2 686 872	154 752	227 082 028
Depreciações acumuladas iniciais	0	(65 710 037)	(61 353 057)	(965 317)	(6 090 819)	(1 523 594)	0	(135 642 825)
<b>Quantia escriturada líquida inicial</b>	<b>3 138 069</b>	<b>44 840 389</b>	<b>40 798 300</b>	<b>765 677</b>	<b>578 739</b>	<b>1 163 278</b>	<b>154 752</b>	<b>91 439 203</b>
<b>Adições</b>								
Aquisições em 1.ª mão	0	554 281	6 333 564	300 065	27 569	13 439	0	7 228 918
<b>Total das adições</b>	<b>0</b>	<b>554 281</b>	<b>6 333 564</b>	<b>300 065</b>	<b>27 569</b>	<b>13 439</b>	<b>0</b>	<b>7 228 918</b>
<b>Diminuições</b>								
Depreciações	0	(2 915 397)	(6 809 749)	(179 891)	(79 259)	(110 400)	0	(10 094 696)
Alienações	0	0	(162 717)	(86 579)	0	0	0	(249 295)
Alienações - Depreciações	0	0	23 252	86 579	0	0	0	109 831
Abates	0	0	(2 927 779)	0	0	0	0	(2 927 779)
Abates - Depreciações	0	0	1 818 867	0	0	0	0	1 818 867
<b>Total das diminuições</b>	<b>0</b>	<b>(2 915 397)</b>	<b>(8 058 125)</b>	<b>(179 891)</b>	<b>(79 259)</b>	<b>(110 400)</b>	<b>0</b>	<b>(11 343 072)</b>
Quantia escriturada bruta final	3 138 069	111 104 708	105 394 426	1 944 480	6 697 126	2 700 311	154 752	231 133 872
Depreciações acumuladas finais	0	(68 625 434)	(66 320 687)	(1 058 630)	(6 170 077)	(1 633 994)	0	(143 808 822)
<b>Quantia escriturada líquida final</b>	<b>3 138 069</b>	<b>42 479 273</b>	<b>39 073 739</b>	<b>885 850</b>	<b>527 048</b>	<b>1 066 317</b>	<b>154 752</b>	<b>87 325 049</b>

As adições de Activos Fixos Tangíveis ocorridas no exercício de 2018 e 2019 respeitam fundamentalmente a diversos equipamentos para as salas de jogo.



Não existem indícios de perdas por imparidade, pelo que não foram efectuados testes de imparidade conforme previsto na NCRF 12.

As depreciações dos activos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Depreciações do exercício” da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe do valor dos Activos Fixos Tangíveis Brutos, afectos a cada uma das actividades da Sociedade é como segue:

Activos Fixos Tangíveis	Valor (euros)	
	2019	2018
<b>AFT - Próprios</b>		
Hotel da Granja	28 778 063	28 744 093
Aparthotel	8 825 089	8 678 018
Centro Comercial	530 541	526 762
Hotel Casino - Chaves	29 563 805	29 525 742
Hotel Algarve - Casino	3 212 919	3 220 755
Casino On Line	379 044	340 496
Outras	2 208 565	2 053 979
<b>Total</b>	<b>73 498 027</b>	<b>73 089 845</b>
<b>AFT - Reversíveis</b>		
Casino Espinho	79 096 762	77 345 312
Casino de Vilamoura	22 103 166	21 436 199
Casino de Montegordo	9 496 888	8 984 472
Casino da Praia da Rocha	9 535 640	8 922 652
Casino de Chaves	38 079 474	37 697 638
<b>Total</b>	<b>158 311 930</b>	<b>154 386 273</b>
<b>AFT - Implantados em propriedade alheia</b>		
Silo Auto da Praia da Rocha	3 503 001	3 503 001
<b>Total</b>	<b>3 503 001</b>	<b>3 503 001</b>
<b>AFT - Em curso</b>		
Campo de Golfe da Cabeça Boa	154 752	154 752
<b>Total</b>	<b>154 752</b>	<b>154 752</b>
<b>Total Bruto de AFT</b>	<b>235 467 710</b>	<b>231 133 871</b>

## 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido no valor das Propriedades de Investimento, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi como segue:

	2019				Total
	Terrenos		Edifícios		
	Hab. Renda Económica	Hab. Renda Limitada	Hab. Renda Económica	Hab. Renda Limitada	
<b>Quantia escriturada líquida inicial</b>					
Custo aquisição	3 650	2 896	35 632	69 675	111 853
Depreciações acumuladas	0	0	(35 632)	(69 675)	(105 307)
<b>Valor líquido</b>	<b>3 650</b>	<b>2 896</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6 546</b>
<b>Movimentos no exercício</b>					
Adições	0	0	0	0	0
Alienações	(2 538)	(2 896)	0	0	(5 435)
Depreciações - alienações	0	0	0	0	0
<b>Total movimentos no exercício</b>	<b>(2 538)</b>	<b>(2 896)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(5 435)</b>
Quantia escriturada bruta final	1 111	0	35 632	69 675	106 418
Depreciações acumuladas finais	0	0	(35 632)	(69 675)	(105 307)
<b>Quantia escriturada líquida final</b>	<b>1 111</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 111</b>

	2018				Total
	Terrenos		Edifícios		
	Hab. Renda Económica	Hab. Renda Limitada	Hab. Renda Económica	Hab. Renda Limitada	
<b>Quantia escriturada líquida inicial</b>					
Custo aquisição	3 650	2 896	35 632	69 675	111 853
Depreciações acumuladas	0	0	(35 632)	(69 675)	(105 307)
<b>Valor líquido</b>	<b>3 650</b>	<b>2 896</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6 546</b>
<b>Movimentos no exercício</b>					
Adições	0	0	0	0	0
Alienações	0	0	0	0	0
Depreciações - alienações	0	0	0	0	0
<b>Total movimentos no exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Quantia escriturada bruta final	3 650	2 896	35 632	69 675	111 853
Depreciações acumuladas finais	0	0	(35 632)	(69 675)	(105 307)
<b>Quantia escriturada líquida final</b>	<b>3 650</b>	<b>2 896</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6 546</b>

Em consequência da obrigação da anterior concessão de Jogo de Espinho, a Sociedade ainda detém cinco apartamentos, construídos para rendas económicas e limitadas.



## 7. ACTIVO INTANGÍVEL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido no valor dos Activos Intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi como segue:

	2019				Total
	Programas Computador	Propriedade Industrial			
		Zona de Jogo Espinho	Zona de Jogo Algarve	Jogos Online	
<b>A 1 de Janeiro</b>					
Custo de aquisição	370 061	47 935 970	28 751 322	371	77 057 724
Amortizações acumuladas	(110 561)	(30 819 913)	(18 475 599)	(53)	(49 406 126)
	<b>259 500</b>	<b>17 116 057</b>	<b>10 275 722</b>	<b>318</b>	<b>27 651 598</b>
<b>Movimentos no exercício</b>					
Adições	454 997	0	0	0	454 997
Amortização - exercício	(131 846)	(3 419 380)	(2 052 844)	(27)	(5 604 097)
	<b>323 151</b>	<b>(3 419 380)</b>	<b>(2 052 844)</b>	<b>(27)</b>	<b>(5 149 100)</b>
<b>A 31 de Dezembro</b>					
Custo de aquisição	825 058	47 935 970	28 751 322	371	77 512 721
Amortizações acumuladas	(242 407)	(34 239 293)	(20 528 444)	(80)	(55 010 223)
<b>Valor líquido a 31 de Dezembro</b>	<b>582 651</b>	<b>13 696 677</b>	<b>8 222 878</b>	<b>292</b>	<b>22 502 498</b>

	2018				Total
	Programas Computador	Propriedade Industrial			
		Zona de Jogo Espinho	Zona de Jogo Algarve	Jogos Online	
<b>A 1 de Janeiro</b>					
Custo de aquisição	101 667	47 935 970	28 751 322	371	76 789 330
Amortizações acumuladas	(54 562)	(27 400 533)	(16 422 755)	(27)	(43 877 876)
	<b>47 105</b>	<b>20 535 437</b>	<b>12 328 567</b>	<b>345</b>	<b>32 911 454</b>
<b>Movimentos no exercício</b>					
Adições	268 394	0	0	0	268 394
Amortização - exercício	(55 998)	(3 419 380)	(2 052 844)	(27)	(5 528 250)
	<b>212 395</b>	<b>(3 419 380)</b>	<b>(2 052 844)</b>	<b>(27)</b>	<b>(5 259 856)</b>
<b>A 31 de Dezembro</b>					
Custo de aquisição	370 061	47 935 970	28 751 322	371	77 057 724
Amortizações acumuladas	(110 561)	(30 819 913)	(18 475 599)	(53)	(49 406 126)
<b>Valor líquido a 31 de Dezembro</b>	<b>259 500</b>	<b>17 116 057</b>	<b>10 275 722</b>	<b>318</b>	<b>27 651 598</b>

Os montantes evidenciados relativos às prestações iniciais e prorrogações das concessões das zonas de jogo de Espinho e Algarve, em enquadramento POC foram contabilizados como custos diferidos, sendo imputados duodécimos ao longo do período das concessões, com término a 31 de Dezembro de 2023. Em SNC, as amortizações são contabilizadas de acordo com o mesmo princípio, o que para activos adquiridos no exercício de 2019 resulta uma taxa de 20,00% (100/n), sendo n = número de anos até 2023 (em 2018: 16,67%).



## 8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rúbrica detalha-se como segue:

	2019							Total
	SEDE	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Partes de Capital			
					C. Aquisição	MEP anos anteriores	MEP ano	
EMPES - Empresa Publicidade Espinho, Lda.	Espinho	14 032	(10 231)	78,85%	4 100	15 032	(8 068)	11 065
		<b>14 032</b>	<b>(10 231)</b>		<b>4 100</b>	<b>15 032</b>	<b>(8 068)</b>	<b>11 065</b>

	2018							Total
	SEDE	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Partes de Capital			
					C. Aquisição	MEP anos anteriores	MEP ano	
EMPES - Empresa Publicidade Espinho, Lda.	Espinho	11 518	12 745	78,85%	4 100	4 982	10 050	19 132
		<b>11 518</b>	<b>12 745</b>		<b>4 100</b>	<b>4 982</b>	<b>10 050</b>	<b>19 132</b>

Durante o exercício a Sociedade adquiriu serviços de publicidade a esta participada no valor de 95.559 euros (em 2018: 94.882 euros).

Existe um contracto de arrendamento entre a SOLVERDE e a EMPES, relativo a uma loja sita no Centro Comercial Solverde I, onde esta participada exerce a sua actividade administrativa, pagando uma renda anual de 12.958 euros (em 2018: 12.812 euros).

## 9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rúbrica detalha-se como segue:

	2019					2018				
	Capital	Quantidade	Valor nominal	Preço médio compra	Valor total aquisição	Capital	Quantidade	Valor nominal	Preço médio compra	Valor total aquisição
S.T.E - Sociedade de Turismo de Espinho, Lda.	1 750 000	290	5	39,90	11 572	1 750 000	290	5	39,90	11 572
Pavilhão Arade, S.A.	2 889 700	2 896	100	100,01	289 631	2 889 700	2 896	100	100,01	289 631
Estela Golf - Actividade Desportiva Turística, S.A.	2 081 685	1	6 484	6 484,38	6 484	2 081 685	1	6 484	6 484,38	6 484
		<b>3 187</b>			<b>307 687</b>		<b>3 187</b>			<b>307 687</b>
<b>Outras participações</b>										
Lisgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. a)					1 130					1 130
Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. a)					1 130					1 130
					<b>2 260</b>					<b>2 260</b>
<b>Outros activos financeiros</b>										
Fundo Compensação de Trabalho (FCT) b)					71 394					46 548
<b>Total de Outros Investimentos Financeiros</b>					<b>381 341</b>					<b>356 495</b>

(a) Estes títulos actualmente estão depositados no Santander Totta, cativos como penhor, conforme o estipulado nos Contratos de Mútuo, celebrados entre a Solverde e essa instituição, para uma Linha de Crédito



PME INVESTE VI – Aditamento, no valor de 750.000 euros realizado em 25 de Julho de 2011 e com término em 25 de Julho de 2017. Durante o exercício de 2017 foram reembolsados 10.000 euros pelo Banco Santander.

(b) O montante evidenciado em 31 de Dezembro de 2019, refere-se às entregas mensais efectuadas pela entidade empregadora para o Fundo Compensação Trabalho (FCT). Conforme o referido na Lei n.º 70/2013, de 30 de Agosto e na Portaria 294-A/2013, de 30 de Setembro, por cada contracto de trabalho celebrado após 01/Out/2013, a Sociedade paga para o Fundo de Compensação do trabalho 0,925% da retribuição base, que atingiu em 31.12.2019 o montante de 71.394 euros (em 2018: 46.548 euros). O efeito em 2019 da valorização ao Justo Valor foi negativo em 2.875,92 euros (ver **Nota 31.** abaixo).

## 10. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Inventários, detalha-se como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Mercadorias	100 745	109 004
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	774 373	772 245
<b>Total</b>	<b>875 118</b>	<b>881 250</b>

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas detalha-se como segue:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Mercadorias	Mat. Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total	Mercadorias	Mat. Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Inventários iniciais	109 004	772 245	<b>881 250</b>	93 730	751 177	<b>844 907</b>
Compras	956 969	3 992 688	<b>4 949 657</b>	1 127 498	3 946 646	<b>5 074 144</b>
Reclassificação e regularização de inventários	0	0	<b>0</b>	0	0	<b>0</b>
Inventários finais	100 745	774 373	<b>875 118</b>	109 004	772 245	<b>881 250</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	<b>965 228</b>	<b>3 990 560</b>	<b>4 955 788</b>	<b>1 112 223</b>	<b>3 925 578</b>	<b>5 037 801</b>



## 11. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Clientes, detalha-se como segue:

CLIENTES	31.12.2019	31.12.2018
Clientes c/c - Gerais	554 275	494 960
Clientes - Cobrança Duvidosa	462 123	479 751
<b>Clientes c/c</b>	<b>1 016 397</b>	<b>974 712</b>
Imparidade (ver Nota 31)	(462 123)	(479 751)
<b>Total clientes</b>	<b>554 275</b>	<b>494 960</b>
Adiantamentos de Clientes	(187 701)	(77 623)
<b>Clientes - Adiantamentos</b>	<b>(187 701)</b>	<b>(77 623)</b>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Relativamente à maturidade das dívidas dos clientes gerais, esta detalha-se como segue:

	31.12.2019				31.12.2018			
	Espinho	Algarve	Chaves	Total	Espinho	Algarve	Chaves	Total
<90 dias	251 152	101 373	52 989	405 514	246 070	106 700	22 892	375 662
90-180 dias	68 451	39 821	3 200	111 472	26 735	40 899	4 116	71 750
>180 dias	(4 726)	38 157	3 858	37 289	(4 721)	48 878	3 391	47 548
<b>Total</b>	<b>314 877</b>	<b>179 351</b>	<b>60 047</b>	<b>554 275</b>	<b>268 084</b>	<b>196 477</b>	<b>30 399</b>	<b>494 960</b>

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nas imparidades, detalha-se como segue:

Imparidades	31.12.2019	31.12.2018
Início período	479 751	485 980
Aumentos	384	4 314
Utilizações	(18 012)	(10 542)
Reduções	0	0
<b>Final do período</b>	<b>462 123</b>	<b>479 751</b>

Os saldos de cobrança duvidosa encontram-se todos em contencioso e a aguardar decisões judiciais, sendo totalmente reconhecida a sua perda por imparidade.



## 12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, detalha-se como segue:

		31.12.2019		31.12.2018	
		Activo	Passivo	Activo	Passivo
<b>Não Corrente</b>					
Contrapartida mínima anual da concessão Algarve 2014	(a)	0	1 519 386	0	3 038 771
Contrapartida mínima anual da concessão Algarve 2017	(b)	0	3 211 667	0	3 211 667
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>4 731 052</b>	<b>0</b>	<b>6 250 438</b>
<b>Corrente</b>					
Retenção Imposto sobre Rendimento		0	535 143	0	251 554
Contrapartida anual da concessão		0	4 517 812	0	5 540 160
Imposto Especial Jogo		0	3 761 543	0	2 320 787
Inspeção - Geral de Jogos		0	104 846	0	104 846
Imposto sobre o valor acrescentado		0	81 424	14 461	65 793
Contribuições para a Segurança Social		0	773 886	0	404 795
Restantes Impostos		0	53 370	0	59 657
Contrapartida mínima anual da concessão Algarve 2014	(a)	0	1 808 867	0	1 519 386
Contrapartida mínima anual da concessão Algarve 2017	(b)	0	0	0	0
Contrapartida mínima anual da concessão Algarve 2018		0	0	0	4 326 629
Contrapartida mínima anual da concessão Algarve 2019		0	4 747 798	0	0
Contrapartida anual Espinho 2009/10/11	(c)	2 360 873	0	2 360 873	0
	<b>Total</b>	<b>2 360 873</b>	<b>16 384 689</b>	<b>2 375 334</b>	<b>14 593 607</b>

(a) O montante evidenciado na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos – Não Corrente, refere-se à Contrapartida Anual de 2014 da Zona de Jogo do Algarve e ao mapa anexo ao Decreto-lei n.º 275/2001, de 17 de Outubro.

O montante referente ao exercício de 2014, conforme Decreto Regulamentar n.º 1/2015, será pago em três prestações anuais, a partir de 30 de Dezembro de 2019.

(b) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se à contrapartida anual da concessão do Algarve do exercício de 2017. Devido ao facto desta dívida ter sido impugnada, a Administração entende que esta classificação em Ativo Não Corrente, se revela a mais adequada.

(c) O saldo devedor da Contrapartida Anual de Espinho, 2.360.873 euros, refere-se a valores não considerados unilateralmente pelo Estado, no apuramento final dos exercícios mencionados, no que concerne à sua participação em 50% nos equipamentos adquiridos e a serem considerados como subsídios ao investimento, decisão que entretanto a Sociedade contestou em Tribunal. A sentença deu razão às nossas pretensões e transitou em julgado em 2012. Dado que o Estado não procedeu ao seu pagamento em tempo útil, a Sociedade teve necessidade de recorrer novamente ao Tribunal para execução da sentença, processo esse actualmente ainda em curso.

Informa-se que em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a Empresa não tem dívidas em mora à Segurança Social nem ao Estado e Trabalhadores.



## 13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Outros Créditos a Receber, detalha-se como segue:

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	31.12.2019	31.12.2018
Adiantamentos fornecedores	198 029	151 394
Pessoal	17 304	300
Outros devedores	39 909 214	26 731 038
	<b>40 124 548</b>	<b>26 882 732</b>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

A rubrica de Outros Devedores detalha-se como segue:

Outros Devedores	31.12.2019	31.12.2018
<b>Outros Devedores</b>		
José Joaquim Martins Costa Lima (1)	11 617 640	11 617 640
Rendas a receber	214 925	199 020
Devedores Cobrança Duvidosa - Dividas de Jogo	198 291	258 991
Charme Alegre	133 024	65 049
Violas SGPS (2)	28 000 000	15 000 000
Outros Devedores	637 261	597 249
<b>Total Outros Devedores</b>	<b>40 801 141</b>	<b>27 737 949</b>
<b>Imparidades</b>		
Imparidade de dividas a receber (ver Nota 29)	(219 780)	(199 020)
Imparidade de outros devedores (ver Nota 29)	(473 856)	(548 900)
Imparidade de dividas de Jogo (ver Nota 29)	(198 291)	(258 991)
<b>Total Imparidades</b>	<b>(891 927)</b>	<b>(1 006 911)</b>
<b>Total liquido Outros Devedores</b>	<b>39 909 214</b>	<b>26 731 038</b>

(1) O montante evidenciado, respeita aos valores pagos relativos aos terrenos para o Campo de Golf da Cabeça Boa (Portimão). A Solverde contestou judicialmente a recuperabilidade deste montante, tendo obtido uma sentença favorável (Processo n.º 8041/08.3YYPRT do Tribunal do Porto, Inst. Central – 1.º Seção de Execução e Processo n.º 8041/08-B Juízo de Execução do Porto) que entretanto foi contestada. Este débito encontra-se suportado por garantias reais, sendo a Solverde detentora de 191.235 acções da Sociedade proprietária dos direitos dos terrenos, cuja avaliação é substancialmente superior à dívida. O Conselho de Administração mantém a sua convicção de que a decisão do tribunal não será objecto de alteração.



(2) O montante evidenciado em 31 de Dezembro de 2019, resulta de um contrato de empréstimo, na modalidade de conta corrente, à Empresa Mãe Violas, SGPS, S.A. até ao valor máximo de 30.000.000 euros, com o prazo de um ano, renovável até 4 anos. Até 31 de Dezembro de 2019, a Violas, SGPS, S.A., apenas utilizou o montante de 28.000.000 euros .

Em 31 de Dezembro de 2019, o movimento das imparidades para as dívidas dos Outros Devedores, é como segue:

Imparidades de Outros Devedores	31.12.2018	Perdas	Reversões	31.12.2019
Cientes Jogo	258 991	0	60 700	198 291
Cientes rendas	199 020	20 760	0	219 780
Devedores diversos	548 900	0	75 044	473 856
	<b>1 006 911</b>	<b>20 760</b>	<b>135 744</b>	<b>891 927</b>

#### 14. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rúbrica detalha-se como segue:

DIFERIMENTOS	Activo	
	31.12.2019	31.12.2018
<b>Gastos a reconhecer:</b>		
Seguros	62 839	59 541
Rendas	19 053	18 836
Contratos de assistência	7 053	10 139
Juros e gastos c/ papel comercial	56 100	108 775
Imposto municipal imóveis	19 176	36 810
Gastos com financiamentos	66 637	167 711
Plano actividades concessão	27 501	47 994
Outros	69 917	63 860
	<b>328 276</b>	<b>513 666</b>

DIFERIMENTOS	Passivo	
	31.12.2019	31.12.2018
<b>Rendimentos a reconhecer:</b>		
Rendas	22 724	65 362
Subsídios	1 440	0
	<b>24 164</b>	<b>65 362</b>

O saldo constante em 31 de Dezembro de 2019 na rubrica do Activo – Diferimentos, relativo a gastos com financiamentos, respeita aos gastos debitados pela Empresa-Mãe relativo à organização, montagem, comissão de garantia e imposto de selo do empréstimo obrigacionista com vencimento em Novembro de 2023.



## 15. CAPITAL E RESERVAS

### Capital subscrito

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Sociedade encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 6.000.000 acções de valor nominal de 5 euros cada, não existindo quaisquer títulos preferenciais ou privilegiados. A Empresa-Mãe, Violas – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., detém 5.619.964 acções, a que corresponde 93,67% do capital, sendo as restantes 380.036 (6,33%) acções próprias.

Por imposição do Decreto-lei n.º 274/88 de 03 de Agosto, o capital deve ser detido, em pelo menos 60%, por entidades portuguesas, sendo esta parte obrigatoriamente representada por acções nominativas.

### Acções Próprias/Prémios de Emissão

O montante evidenciado nesta rubrica refere-se a aquisição de 380.036 acções próprias de valor nominal de 5 euros, em exercícios anteriores, com o respectivo prémio de aquisição de 1.321.659 euros, o que resulta num preço médio de 8,4777 euros, como segue:

	N.º acções	Valor unitário	Valor
Acções próprias	380 036	5,0000	1 900 180
Prémio aquisição	0	3,4777	1 321 659
<b>Acções próprias e prémio emissão</b>	<b>380 036</b>	<b>8,4777</b>	<b>3 221 839</b>

### Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal ainda não está totalmente constituída nos termos da lei.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

### Outras Reservas – 62.105.188 euros

- **Reservas Livres – 20.707 euros**

Representada por uma aplicação financeira para ocorrer a situações de emergência e extrema necessidade na área da Zona de Jogo de Espinho, inserida na conta de Outros Depósitos Bancários com o valor de 21.456 euros (em 2018: 21.448 euros).



- **Reservas Estatutárias – 62.084.481 euros**

Reserva para o investimento de interesse turístico no concelho de Espinho e zona em que se situa e quaisquer outras, conforme o estipulado no art.º 20.º dos Estatutos da Sociedade.

### Distribuição de Resultados

A Assembleia Geral Anual, realizada em 22 de Maio de 2019, relativa à aprovação de contas do exercício de 2018 deliberou que o Resultado Líquido Positivo do Exercício de 2018, de 6.382.744,12 euros (Seis Milhões Trezentos e Oitenta e Dois Mil Setecentos e Quarenta e Quatro Euros e Doze Cêntimos), tivesse a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados – 4.359.557,08 euros
- Distribuição de Resultados – 2.023,187,04 (Distribuição pelos Accionistas sob a forma de dividendos, que corresponde a um valor líquido de 36 cêntimos por acção).

## 16. RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido na rubrica de Resultados Transitados, é como segue:

RESULTADOS TRANSITADOS	Valor
<b>Resultados Transitados 31.12.2017</b>	<b>(22 609 829)</b>
Resultado líquido 2017	3 806 638
Lucros não atribuídos participadas	(681)
<b>Resultados Transitados 31.12.2018</b>	<b>(18 803 872)</b>

RESULTADOS TRANSITADOS	Valor
<b>Resultados Transitados 31.12.2018</b>	<b>(18 803 872)</b>
Resultado líquido 2018	6 382 744
Distribuição resultados Accionistas	(2 023 187)
Lucros não atribuídos participadas	0
<b>Resultados Transitados 31.12.2019</b>	<b>(14 444 315)</b>

## 17. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

O montante evidenciado nesta rubrica refere-se às Revalorizações efectuadas em 1992 e 1998, reguladas pelos Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro e Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro. Todos os activos revalorizados encontram-se totalmente amortizados.



**18. AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS**

O montante evidenciado nesta rúbrica refere-se integralmente com a aplicação do método de equivalência patrimonial da participada Empes, Lda, como segue:

Ajustamentos em Activos Financeiros	31.12.2019	31.12.2018
Ajustamentos de Transição	9 025	9 025
Lucros não atribuídos	73 261	73 261
Outras variações nos capitais próprios	2 863	2 863
<b>Total</b>	<b>85 149</b>	<b>85 149</b>

**19. OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS**

O montante evidenciado nesta rúbrica refere-se a Subsídios ao Investimento, não reembolsáveis, relacionados com Activos Fixos Tangíveis, decorrente da comparticipação do Estado na aquisição de equipamento de jogo para a zona de jogo de Espinho, conforme estipulado nas alíneas d) e e) do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 29/88.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido na rúbrica de Outras Variações no Capital Próprio, é como segue:

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Valor
<b>Outras variações de capital próprio 31.12.2018</b>	<b>10 253 152</b>
Subsídio a diferir (aumento de AFT comparticipados adquiridos)	840 981
Reconhecimento do Ganho	(2 218 827)
<b>Outras variações de capital próprio 31.12.2019</b>	<b>8 875 306</b>

Durante o exercício resultou um movimento negativo de 1.377.845 euros, proveniente do aumento de subsídio a diferir em 840.981 euros e o reconhecimento de um rendimento de 2.218.827 euros, contabilizado em Outros Rendimentos, sendo o cálculo efectuado, tendo em conta os anos que faltam para o término da Concessão de Jogo de Espinho, no contexto da sua vida útil ser considerada nessa perspectiva.

**20. RESULTADO LÍQUIDO NO PERÍODO**

Em 31 de Dezembro de 2019, houve um ligeiro decréscimo das receitas do jogo do Algarve face a 2018, não tendo conseguido atingir o montante suficiente da contrapartida mínima prevista na lei, gerando uma liquidação adicional à Contrapartida Anual, no montante de 4.747.798,15 euros (em 2018: 4.326.629,13 euros). Apesar de este facto continuar a afectar de forma significativa o resultado líquido do período, este ascendeu em 2019 ao valor positivo de 2.110.595,59 euros (em 2018: 6.382.744,12 euros positivos).



**21. PROVISÕES**

Os saldos e movimentos desta rubrica em 2019 e 2018 detalham-se como segue:

	31.12.2019				
	Saldo inicial	Aumento	Reduções	Utilizações	Saldo final
Provisões para Prémios Acumulados Salas de Jogo (Nota 30)	1 398 970	133 174	0	0	1 532 145
Processos Judiciais em Curso (a)	142 556	0	142 556	0	0
	<b>1 541 526</b>	<b>133 174</b>	<b>142 556</b>	<b>0</b>	<b>1 532 145</b>

	31.12.2018				
	Saldo inicial	Aumento	Reduções	Utilizações	Saldo final
Provisões para Prémios Acumulados Salas de Jogo (Nota 30)	1 395 662	24 027	20 719	0	1 398 970
Processos Judiciais em Curso (a)	0	142 556	0	0	142 556
	<b>1 395 662</b>	<b>166 582</b>	<b>20 719</b>	<b>0</b>	<b>1 541 526</b>

(a) O montante evidenciado em 31 de Dezembro de 2018, refere-se ao montante relativo ao processo movido pelo ex-funcionário José Manuel Oliveira Ramos, com sentença desfavorável à Solverde.

**22. FINANCIAMENTOS OBTIDOS**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica que contém os saldos correntes e não correntes, detalha-se como segue:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
<b>Instituições Financeiras</b>				
Papel Comercial	28 750 000	0	21 250 000	0
Financiamento Bancários e Linhas de crédito	1 250 000	625 000	2 250 000	1 875 000
Descobertos Bancários	464 549	0	282 198	0
<b>Total Instituições Financeiras</b>	<b>30 464 549</b>	<b>625 000</b>	<b>23 782 198</b>	<b>1 875 000</b>
<b>Total Financiamentos</b>	<b>30 464 549</b>	<b>625 000</b>	<b>23 782 198</b>	<b>1 875 000</b>

A todos os contractos, acresce o respectivo “Spread”, a valores de mercado.

**23. FORNECEDORES**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Fornecedores, detalha-se como segue:

FORNECEDORES	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores c/c - Gerais	1 951 405	2 186 112
Fornecedores - Em Conferência	1 622	239
<b>Fornecedores</b>	<b>1 953 028</b>	<b>2 186 351</b>



Relativamente à maturidade das dívidas a fornecedores gerais, esta detalha-se como segue:

	31.12.2019				31.12.2018			
	Espinho	Algarve	Chaves	Total	Espinho	Algarve	Chaves	Total
<90 dias	1 328 213	340 959	223 618	<b>1 892 790</b>	1 434 587	560 226	104 348	<b>2 099 161</b>
90-180 dias	1 784	7 955	0	<b>9 739</b>	28 681	4 148	0	<b>32 829</b>
>180 dias	48 067	2 082	350	<b>50 499</b>	48 138	5 874	350	<b>54 361</b>
<b>Total</b>	<b>1 378 064</b>	<b>350 996</b>	<b>223 968</b>	<b>1 953 028</b>	<b>1 511 406</b>	<b>570 248</b>	<b>104 698</b>	<b>2 186 351</b>

## 24. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Outras contas a pagar, detalha-se como segue:

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	31.12.2019	31.12.2018
Pessoal	20 113	3 094
Fornecedores de Investimentos	80 416	238 635
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar <b>(1)</b>	2 746 088	2 611 833
Juros	232 565	558 501
Electricidade, Água e Gás	83 877	84 211
Outros	143 555	132 234
Portal de Compras <b>(2)</b>	277 930	198 921
Assessores e Consultores	107 219	66 588
Casino Online	0	102 379
Outros	111 900	140 052
	<b>3 803 664</b>	<b>4 136 447</b>

- (1) A rubrica de remunerações a pagar refere-se a acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias) em 2019 e a liquidar em 2020.
- (2) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se ao saldo do cartão de crédito Caixa Works do Algarve (199.726,01 euros) e Chaves (78.204,39 euros).

Relativamente à maturidade das dívidas a fornecedores de investimento, esta detalha-se como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
<90 dias	50 274	94 791
90-180 dias	7 012	109 886
>180 dias	23 130	33 959
<b>Total</b>	<b>80 416</b>	<b>238 635</b>



## 25. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços, detalham-se como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Vendas</b>		
Mercadorias	1 081 003	1 246 900
Produtos Acabados e Intermediários	4 509 000	4 534 610
Iva das Vendas c/ Impostos Incluído	(436 347)	(465 827)
Descontos e abatimentos em vendas	(1 789 143)	(1 698 374)
<b>Total Vendas</b>	<b>3 364 513</b>	<b>3 617 309</b>
<b>Prestações de Serviços</b>		
Serviços de Jogos	104 813 140	98 290 193
Serviços Hotelaria	13 587 644	12 996 073
Serviços Secundários	1 076 645	1 013 052
Bilheteiras	550 186	512 597
Iva Serviços c/ Impostos Incluído	(19 612)	(35 476)
Prémio Acumulado Jogo Bingo	(54 932)	(49 499)
Jogos On-Line	(3 326 351)	(1 229 984)
Descontos e abatimentos	(225 171)	(145 317)
<b>Total Prestações de Serviços</b>	<b>116 401 549</b>	<b>111 351 640</b>
<b>Total Vendas e Prestações de Serviços</b>	<b>119 766 062</b>	<b>114 968 949</b>

O detalhe da rubrica de Vendas e Prestações de Serviços por actividade em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, detalham-se como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Vendas</b>		
Casino Espinho	1 511 102	1 661 855
Casinos Algarve	1 501 124	1 595 538
Hotel Solverde	14 274	8 285
Hotel Algarve	(16 619)	(2 247)
Casino Chaves	357 301	348 755
Hotel Chaves	(2 669)	5 123
<b>Total Vendas</b>	<b>3 364 513</b>	<b>3 617 308</b>
<b>Prestações de Serviços</b>		
Casino Espinho	49 097 002	50 270 531
Casinos Algarve	35 786 264	35 921 417
Hotel Solverde	5 275 315	4 897 081
Hotel Algarve	5 640 579	5 614 763
Casino Chaves	8 140 668	8 029 470
Hotel Chaves	1 852 026	1 811 575
Aparthotel Solverde	1 574 920	1 400 755
Casino On-Line	9 034 773	3 406 048
<b>Total Prestações de Serviços</b>	<b>116 401 549</b>	<b>111 351 640</b>
<b>Total Vendas e Prestações de Serviços</b>	<b>119 766 062</b>	<b>114 968 949</b>



**26. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Subsídios à Exploração detalha-se como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Subsídios à Exploração</b>		
IEFP - Programa Formação Algarve - (Portaria nº 339/2016)	7 916	23 620
<b>Total</b>	<b>7 916</b>	<b>23 620</b>

Os montantes evidenciados no quadro acima foram imputados de acordo com a especialização dos exercícios.

**27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, detalha-se como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhos Especializados	7 134 741	4 607 161
Publicidade e Propaganda	4 016 913	2 410 956
Conservação e reparação	3 366 903	3 306 229
Electricidade	1 767 645	1 809 439
Vigilância e Segurança	1 469 642	1 424 777
Rendas e alugueres	1 304 667	1 420 635
Água	887 058	764 581
Limpeza, higiene e conforto	885 108	867 046
Comissões	868 596	781 071
Gás	488 978	444 516
Outros fornecimentos e serviços	315 290	249 514
Deslocações e Estadas	287 007	435 414
Comunicação	244 741	163 192
Royalties	221 010	30 750
Seguros	213 107	180 370
Combustíveis	163 286	163 557
Honorários	146 328	162 225
Outros	491 961	413 032
	<b>24 272 982</b>	<b>19 634 464</b>



## 28. GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Gastos com Pessoal, detalha-se como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Remunerações:</b>		
Órgãos Sociais (a)	1 404 265	1 396 392
Pessoal	16 963 357	16 305 276
<b>sub-total</b>	<b>18 367 622</b>	<b>17 701 669</b>
<b>Encargos Sociais:</b>		
Indemnizações	153 283	116 423
Encargos sobre remunerações	4 129 498	3 838 223
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profiss.	153 334	150 088
Gastos de acção social	81 861	86 538
Outros gastos com pessoal (b)	1 558 059	868 293
<b>sub-total</b>	<b>6 076 034</b>	<b>5 059 565</b>
<b>Total de gastos com Pessoal</b>	<b>24 443 656</b>	<b>22 761 234</b>

(a) A rubrica “Remunerações dos Órgãos Sociais”, detalha-se como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Conselho de Administração	1 382 105	1 374 252
Fiscal Único Efectivo	22 160	22 141
	<b>1 404 265</b>	<b>1 396 392</b>

(b) O montante evidenciado nesta rubrica englobam o custo das refeições servidas nas cantinas, formação profissional e fardamentos. Em 2019, existe o gasto associado a sentenças judiciais de cerca de 629.474,33 euros.

O número médio de empregados da Sociedade por unidade de negócio no período findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 foi de:

	31.12.2019	31.12.2018
Casino de Espinho	394	381
Casino de Vilamoura	173	169
Casino de Montegordo	72	74
Hotel Solverde	102	105
Aparthotel Solverde	20	20
Hotel Algarve Casino	146	154
Hotel Casino Chaves	160	155
Casino on-line	24	19
<b>Total</b>	<b>1 091</b>	<b>1 077</b>



**29. PERDAS E REVERSÕES POR IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER (AUMENTO/REVERSÃO)**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Perdas e Reversões por Imparidade, detalha-se como segue:

Imparidades dividas a receber	31.12.2019			
	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Saldo Final
Cientes Hotelaria	479 752	384	18 012	462 123
Devedores de Jogo	258 991	0	60 700	198 291
Devedores de rendas	199 020	20 760	0	219 780
Devedores Diversos	548 900	0	75 044	473 856
Pessoal	298 357	0	281 803	16 554
	<b>1 785 020</b>	<b>21 143</b>	<b>435 560</b>	<b>1 370 604</b>

Imparidades dividas a receber	31.12.2018			
	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Saldo Final
Cientes Hotelaria	485 980	4 314	10 542	479 752
Devedores de Jogo	401 251	0	142 260	258 991
Devedores de rendas	197 075	2 717	772	199 020
Devedores Diversos	541 976	6 924	0	548 900
Pessoal	298 357	0	0	298 357
	<b>1 924 640</b>	<b>13 955</b>	<b>153 574</b>	<b>1 785 020</b>

**30. PROVISÕES (AUMENTO/REVERSÃO)**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Provisões (aumento/reversões), refere-se a **(i)** uma provisão para processos judiciais em curso, referente ao processo com o ex-funcionário José Ramos, no montante de 142.555,71 euros, que durante o exercício de 2019 foi revertida e **(ii)** a prémios acumulados nas Salas de Jogos, os quais detalha-se como segue:

Provisões Prémios jogo	31.12.2019					
	Espinho	Vilamoura	Montegordo	Praia da Rocha	Chaves	Total
Saldo Inicial	192 122	1 030 643	77 759	44 484	53 961	1 398 970
Aumentos	26 163	48 146	19 681	18 523	20 661	133 174
Reduções	0	0	0	0	0	0
Saldo Final	<b>218 286</b>	<b>1 078 789</b>	<b>97 440</b>	<b>63 007</b>	<b>74 622</b>	<b>1 532 145</b>

Provisões Prémios jogo	31.12.2018					
	Espinho	Vilamoura	Montegordo	Praia da Rocha	Chaves	Total
Saldo Inicial	212 841	1 024 668	65 790	39 452	52 911	1 395 662
Aumentos	0	5 975	11 969	5 032	1 050	24 027
Reduções	(20 719)	0	0	0	0	(20 719)
Saldo Final	<b>192 122</b>	<b>1 030 643</b>	<b>77 759</b>	<b>44 484</b>	<b>53 961</b>	<b>1 398 970</b>



**31. AUMENTOS E REDUÇÕES DE JUSTO VALOR**

A decomposição da rubrica de “Aumentos/ Reduções de Justo Valor” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é conforme se segue:

Aumentos e Reduções de Justo Valor	31.12.2019	31.12.2018
Fundo Compensação Trabalho - FCT	2 876	(7 003)
	<b>2 876</b>	<b>(7 003)</b>

O montante evidenciado em 31 de Dezembro de 2018 e 2019, refere-se ao registo dos ajustamentos de justo valor referente ao Fundo de Compensação do Trabalho, registado na conta de Outros Investimentos Financeiros (**Nota 9**).

**32. OUTROS RENDIMENTOS**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de Outros Rendimentos detalha-se como segue:

Outros Rendimentos		31.12.2019	31.12.2018
Imputação Subsídios ao Investimento	(1)	2 218 827	2 050 630
Acerto final contrapartida concessão de jogo/Algarve	(2)	0	279 466
Acerto final contrapartida concessão de jogo/Espinho	(3)	0	720 567
Receitas Cantinas Empresa		316 361	329 380
Indemnizações de Sinistros		22 220	176 100
Alienações Inv. Não Financeiros		145 475	23 819
Rendas de Imóveis		7 937	8 644
Recuperação de custos		9 308	20 800
Restituição de Impostos		52 500	11 631
Indemnizações			39 745
Outros		32 277	24 703
		<b>2 804 905</b>	<b>3 685 486</b>

(1) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se à imputação do subsídio ao investimento relativo à comparticipação do Estado em diversos Equipamentos de Jogo, conforme alínea d) e e) do art.º 6.º do Decreto Regulamentar 29/88 do Contracto de Concessão da Zona de Jogo de Espinho.

(2) O montante evidenciado nesta rubrica em 31.12.2018, refere-se à comparticipação do Estado no acerto final da Contrapartida Anual da Concessão de Jogo do Algarve, pela aplicação do n.º 2 e 3 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 275/01, de 17 de Outubro.

(3) O montante evidenciado nesta rubrica em 31.12.2018, refere-se à comparticipação do Estado no acerto final da Contrapartida Anual da Concessão de Jogo de Espinho, pela aplicação do n.º 2 e 3 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 275/01, de 17 de Outubro.



## 33. OUTROS GASTOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de Outros Gastos detalha-se como segue:

Outros Gastos		31.12.2019	31.12.2018
<b>Imposto de Jogo</b>			
Espinho		17 241 401	16 641 687
Algarve		11 026 765	10 115 541
Chaves		533 656	527 622
Online		2 956 828	696 914
<b>Total Imposto de Jogo</b>		<b>31 758 650</b>	<b>27 981 764</b>
<b>Outros Impostos</b>	<b>(1)</b>	1 505 826	1 487 493
<b>Encargos com concessão de Jogo</b>			
Espinho		7 221 484	8 410 727
Algarve	<b>(2)</b>	6 115 788	6 658 719
Chaves		1 825 505	1 804 858
<b>Total Encargos com Concessão</b>		<b>15 162 777</b>	<b>16 874 304</b>
Abate de Equipamento básico Jogo		275 481	1 108 912
Donativos Concedidos Âmbito Social, Cultural		287 160	271 227
Despesas com Serviços Bancários		558 255	431 768
Direitos de Autor		174 792	158 624
Quotizações		109 634	69 069
Multas não fiscais		5 970	2 528
Dívidas de Jogo Incobráveis		47 000	138 260
Dívidas de Hotelaria Incobráveis		11 417	0
Dívidas Inquilinos Incobráveis		1 252	0
Dívidas Incobráveis - Diversos		68 218	0
Outros		30 836	48 585
<b>Total Outros</b>		<b>1 570 016</b>	<b>2 228 972</b>
<b>Total Outros Gastos</b>		<b>49 997 269</b>	<b>48 572 533</b>

(1) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se essencialmente ao valor do IVA suportado pela Solverde.

(2) Em virtude do nível de receitas na zona de jogo do Algarve não ter atingido os mínimos exigidos pelas tabelas mínimas que constituem o anexo do Decreto-Lei n.º 275/2001 de 17 de Outubro, a Solverde contabilizou um encargo acrescido no montante de 4.747.798,15 euros (em 2018: 4.326.629,13 euros).



**34. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe dos Gastos e Rendimentos Financeiros é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Gastos Financeiros:</b>		
Juros suportados	550 698	333 392
Comissões de Garantia	102 231	111 471
Juros de mora	75 736	222 694
Outros gastos de financiamento	33 574	46 381
	<b>762 239</b>	<b>713 939</b>
<b>Rendimentos Financeiros:</b>		
Juros obtidos	8	16
Juros de outros financiamentos concedidos	156 529	50 786
	<b>156 538</b>	<b>50 803</b>

**35. RESULTADO POR ACÇÃO**

O resultado por acção é calculado pela divisão do lucro atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias durante o ano, excluindo as acções próprias, conforme quadro abaixo:

	31.12.2019	31.12.2018
Resultado Líquido	2 110 596	6 382 744
N.º Acções (excepto acções próprias)	5 619 964	5 619 964
Resultado básico por acção (€ por acção)	0,38	1,14

**36. PARTES RELACIONADAS**

A Sociedade é detida em 93,67% pela Sociedade Violas, S.G.P.S., S.A. com sede na Rua dos Combatentes, 783, em Espinho.

**36.1 Transacções entre Partes Relacionadas****(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas**

De acordo com a NCRF 5 – Divulgações de Partes Relacionadas, realizaram-se operações comerciais, outros custos entre a Sociedade e as partes relacionadas.



**(b) Transacções**

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

	2019			2018		
	FSE	Vendas e Prestações de Serviços	Outros rendimentos	FSE	Vendas e Prestações de Serviços	Outros rendimentos
Empes - Empresa de Publicidade de Espinho, Lda.	95 559		12 958	94 882	0	0
Violas - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	0	492	114 512	0	0	98 567
Clip Colégio	1 230	2 047	0	1 230	2 383	0
Clipserv	790	0	0	1 058	0	0
Clip Imobiliária	0	0	0	0	0	0
Cotesi	0	20 447	0	0	26 323	0
SII Praia da Rocha	1 260 581	0	0	1 327 780	0	0
Viogesp	46 629	0	0	46 629	0	0
Areal da Rocha - Act. Turísticas, Lda.	20 183	0	0	19 714	0	0
	<b>1 424 972</b>	<b>22 986</b>	<b>127 470</b>	<b>1 491 293</b>	<b>28 706</b>	<b>98 567</b>

Os fluxos entre partes relacionadas decorrem essencialmente de transacções comerciais efectuadas a preços de mercado.

**(c) Saldos**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	2019				2018			
	Clientes	Fornecedores	Outras dívidas a receber	Outras dívidas a pagar	Clientes	Fornecedores	Outras dívidas a receber	Outras dívidas a pagar
<b>Empresa Mãe</b>								
Violas - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	0	0	28 000 000	0	0	0	15 000 000	0
<b>Outras</b>								
Empes - Empresa de Publicidade de Espinho, Lda.	0	7 380	1 084	0	0	0	0	0
<b>Outras</b>								
Cotesi	0	0	0	0	2 848	0	0	0
Clip Colégio	0	1 230	0	0	0	0	0	0
Clipserv	0	0	0	0	550	0	0	0
Viogesp	0	0	0	0	0	0	0	0
SII Praia da Rocha	0	0	0	0	0	0	0	0
Areal da Rocha - Act. Turísticas, Lda.	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>0</b>	<b>8 610</b>	<b>28 001 084</b>	<b>0</b>	<b>3 398</b>	<b>0</b>	<b>15 000 000</b>	<b>0</b>

**36.2 Remuneração do Conselho de Administração**

O Conselho de Administração da Sociedade foi considerado, de acordo com a NCRF 5 – Divulgações de Partes Relacionadas, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão. Os membros do Conselho de Administração são remunerados pela Sociedade, sendo os gastos contabilizados em Gastos com Pessoal (Nota 29).

Foi despendido com dois administradores da Sociedade, que simultaneamente desempenham o mesmo cargo na empresa-mãe, Violas SGPS, SA., o valor de 677.350 euros. (em 2018: 664.099 euros) a título de remunerações.



## 37. CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS

### Activos Contingentes

A dívida de José Joaquim Martins da Costa Lima (**Nota 14**), por sentenças judiciais de 20.11.2008 e 07.05.2012, foi actualizada para 16.970.180,70 euros, garantida por penhora de 191.235 acções da Sociedade Aquazul – Investimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda, avaliadas oficialmente a 88,74 euros cada. Por uma questão de prudência, este potencial ganho ainda não foi reconhecido pela Sociedade, em virtude do devedor ter recorrido da última decisão.

### Passivos Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

### Outros Potenciais Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade não tinha compromissos financeiros para além dos que resultam das contrapartidas anuais mínimas, decorrentes dos Contratos de Concessão, tal como se encontram definidos no quadro anexo ao Decreto-lei n.º 275/2001, de 17 de Outubro.

### Garantias

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade tem as seguintes garantias, como segue:

Início	Beneficiário		Montante	Taxa
23-dez-19	Turismo Portugal	a)	4 157 750	1,00%
23-dez-19	Turismo Portugal	a)	5 583 424	1,00%
30-jan-08	Turismo Portugal	b)	1 400 000	0,30%
30-jan-08	Turismo Portugal	c)	1 200 000	0,30%
30-abr-18	Autoridade Tributária	h)	4 049 789	1,00%
10-abr-02	Inspecção Geral de Jogos	d)	1 000 000	0,75%
22-ago-17	Inspecção Geral de Jogos	e)	500 000	1,00%
1-jan-90	Inspecção Geral de Jogos	b)	199 519	0,50%
28-abr-17	Tribunal Trabalho Gaia	f)	140 698	1,13%
22-ago-17	Inspecção Geral de Jogos	e)	100 000	1,00%
6-fev-08	Turismo Portugal	d)	100 000	0,30%
1-abr-94	Tribunal Trabalho	f)	42 988	0,50%
31-mai-17	Tribunal Trabalho Aveiro	f)	41 660	1,13%
16-jun-11	Galp	g)	21 000	1,00%
11-dez-97	Tribunal Trabalho	f)	14 958	0,30%
1-dez-94	Makro	g)	7 482	1,25%
28-fev-01	Vasp	g)	1 247	0,0375%
5-dez-97	Vasp	g)	748	0,0375%
14-nov-01	CTT	g)	748	0,60%
			<b>18 562 012</b>	

- a) Garantias a favor do Turismo de Portugal, relativas às contrapartidas anuais da Concessão de Espinho e Algarve.
- b) Estas garantias são relativas à concessão da Zona de Jogo de Espinho.



- c) Garantia a favor do Turismo de Portugal referente à Zona de Jogo do Algarve.
- d) Referem-se a garantias relativas à concessão da Zona de Jogo de Vidago-Pedras Salgadas.
- e) Referem-se a garantias relativas à concessão do Jogo Online.
- f) Refere-se a garantias a favor do Tribunal do Trabalho são relativas a processos judiciais, movidos por ex-funcionários.
- g) Estas garantias referem-se a acordo com fornecedores, para a concessão de crédito na liquidação de facturas.
- h) Garantias a favor da Autoridade Tributária, relativa à contrapartida anual mínima da Concessão do Algarve do exercício de 2017.

A responsabilidade da Solverde relativa a garantias prestadas por diversas entidades bancárias, não é alvo de qualquer relevação contabilística, para além das comissões inerentes à sua utilização.

Todas as garantias são prestadas por tempo indeterminado, até o motivo que as justificou ter cessado, com exceção das datadas de 23 de Dezembro de 2019, a favor do Turismo de Portugal, relativa às contrapartidas anuais da Concessão de Espinho e Algarve, que caducam em 31 de Março de 2020.

### **38. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 18 de Maio de 2020.

### **39. EVENTOS SUBSEQUENTES**

O agravamento da situação de pandemia ocorreu após a data de reporte das Demonstrações Financeiras. É sem dúvida um acontecimento desfavorável, por tudo aquilo que já foi referido no Relatório de Gestão.

Apesar disso e dos significativos efeitos decorrentes desta situação, não está em causa o princípio da continuidade operacional subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.



Não são conhecidos outros eventos subsequentes que requeiram ajustamentos ou divulgações nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Espinho, 18 de Maio de 2020

O Contabilista Certificado

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

Conselho de Administração

Manuel Soares de Oliveira Violas

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Manuel Alexandre do Couto de Oliveira Violas

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 159.990.549 euros e um total de capital próprio de 100.284.557 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 2.110.596 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.** em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

1. Conforme referido no Relatório de Gestão e nas Notas 20. e 33. do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Sociedade reconheceu um encargo extraordinário na rubrica de “Outros Gastos” no montante de 4.747.798 euros (em 2018: 4.326.629 euros) respeitante a um pagamento a efectuar ao Estado pelo facto da Sociedade não ter atingido um nível de receitas na zona de jogo do Algarve superior aos mínimos exigíveis definidos no Anexo do Decreto-Lei n.º 275/2001 de 17 de Outubro. A Administração da Sociedade, baseada em diversas<sup>1/4</sup>

circunstâncias/factos entende que estes encargos (que influenciam fortemente de uma forma negativa o resultado da Empresa) não devem ser exigíveis, razão pela qual, interpôs acções judiciais em Tribunal, solicitando uma revisão do contrato de concessão do Algarve; paralelamente, solicitou a anulação dos montantes debitados até à data, relacionados directamente com a matéria aqui exposta.

2. A Sociedade encontra-se dispensada de apresentar contas consolidadas ao abrigo do n.º 3 do artigo 7.º do decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho, de 13 de Julho, pelo facto de ser detida pela Violas – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e integrar por esta via as Demonstrações Financeiras Consolidadas desta empresa.

3. Chamamos a atenção para o divulgado na nota 39. do Anexo às Demonstrações Financeiras, nomeadamente no que diz respeito aos impactos da pandemia do COVID-19 na atividade operacional futura da Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que<sup>2/4</sup>

influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

3/4

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda.  
Contribuinte n.º 507 809 696  
Rua de Chãos n.º 64  
4630-275 Marco Canaveses

jam.sroc@jam-sroc.com  
Tel: 226 102 070 / fax: 226 062 420  
Tlm: 913 453 543



**SOLVERDE**  
SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS  
TURÍSTICOS DA COSTA VERDE, S.A.

Sede: Rua 19, 85 - 4500-256 Espinho | Contribuinte: 500 272 484  
Matrícula n.º 500 272 484 C.R.Comercial | Predial de Espinho  
Capital Social 30.000.000 Euros

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES****Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Marco de Canaveses, 22 de Maio de 2020

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC n.º 207)

---

Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC n.º 1.157

4/4

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda.  
Contribuinte n.º 507 809 696  
Rua de Chãos n.º 64  
4630-275 Marco de Canaveses

jam.sroc@jam-sroc.com  
Tel: 226 102 070 / fax: 226 062 420  
Tlm: 913 453 543



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



**SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.****RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da **SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

2. No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a atividade da **SOLVERDE**. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos da Sociedade.

3. Como consequência do trabalho de Revisão Legal Efetuado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas na modalidade Sem Reservas e Com Ênfases.

4. No âmbito das nossas funções verificamos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa as Demonstrações de Alterações no Capital Próprio e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Sociedade e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados; Neste particular, é de referir que a Administração baseada (i) no histórico da Empresa e (ii) na política de relevação dos custos de reparação e manutenção, passou a considerar que o uso, já desde 2007, das taxas mínimas de depreciação definidas no Decreto Regulamentar 25/2009 é o mais adequado atendendo ao contexto económico e operacional da Sociedade.
- iii) o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras são suficientemente esclarecedoras da evolução dos negócios e da situação da Sociedade evidenciando os aspectos mais significativos; e

1/2



**JAM**  
S.R.O.C

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

iv) a proposta de aplicação de resultados está em conformidade com as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras; e
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Marco de Canaveses, 22 de Maio de 2020

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC n.º 207)

Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC n.º 1.157

2/2

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda.  
Contribuinte n.º 507 809 696  
Rua de Chãos n.º 64  
4630-275 Marco de Canaveses

jam.sroc@jam-sroc.com  
Tel: 226 102 070 / fax: 226 062 420  
Tlm: 913 453 543



**SOLVERDE**  
SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS  
TURÍSTICOS DA COSTA VERDE, S.A.

Sede: Rua 19, 85 - 4500-256 Espinho | Contribuinte: 500 272 484  
Matrícula n.º 500 272 484 C.R.Comercial | Predial de Espinho  
Capital Social 30.000.000 Euros



[WWW.GRUPOSOLVERDE.PT](http://WWW.GRUPOSOLVERDE.PT)